

MARIA DE LOURDES PINTASILGO
E OS DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Pensamento e Ação

FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

MARIA DE LOURDES PINTASILGO
E OS DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Pensamento e Ação

FUNDAÇÃO CUIDAR O FUTURO

Título: Cadernos Temáticos 1 e 2, Pensamento e Ação

Coleção: Maria de Lourdes Pintasilgo e os Desafios da Sociedade Contemporânea

Edição: Fundação Cuidar o Futuro

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

Foram mantidas a ortografia e a linguagem dos textos originais.

Coordenação editorial: Fundação Cuidar o Futuro

Revisão tipográfica: Sofia Roborg-Søndergaard

Paginação e produção gráfica: Guide – Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal n.º 436011/18

ISBN 978-972-99870-8-3

Índice

- 5** Prefácio, *Leonor Beleza*
- 13** Cronologia da vida e obra
de Maria de Lourdes Pintasilgo,
Maria Reynolds de Souza
- 35** Maria de Lourdes Pintasilgo
– uma mulher de fé, de pensamento
e de acção política, *Manuela Silva*
- 55** A dimensão do cuidar e a re-significação
do espaço público no pensar e agir
de Maria de Lourdes Pintasilgo, *Isabel
Allegro de Magalhães*

Prefácio

Constitui para mim um privilégio ter conhecido Maria de Lourdes Pintasilgo, e continuo deslumbrada pelas descobertas que vou fazendo sobre como viveu, aquilo que conseguiu e o que exigia dos outros e de si própria. Para mim, há um dever de lembrar e de fazer saber, aos mais novos e sobretudo às mulheres, e também de celebrar. Agradeço assim que me tenham proporcionado participar neste projeto que homenageia uma Mulher excepcional, e sugere que o seu pensamento seja chamado a orientar ideias e a inspirar ações.

Este caderno abrange três textos preciosos. O de Maria Reynolds de Sousa, que nos situa no tempo e no espaço, contém uma cronologia da vida e das realizações, incluindo referências aos inúmeros escritos, entrevistas, discursos ou relatórios que deixaram rasto de uma vida luminosa e precursora. Os de Manuela Silva e de Isabel Allegro de Magalhães são dois relatos da luz, e do percurso virado para o futuro, que caracterizaram a vida da Homenageada, feitos por duas pessoas que a conheceram, pessoalmente, bem mais cedo, e melhor, do que eu. Ambas dão testemunho próximo, de "lugar" privilegiado, sobre a Pessoa de quem falamos, e de como foi o convívio intenso que conheceram.

Maria de Lourdes Pintasilgo foi quem foi, e conquistou o seu lugar, pelas suas próprias mãos, e pelo seu mérito tão singular. Não teve berço de ouro, nem facilidades. As descrições da parte inicial da sua vida dão-na como tímida, e discreta.

Mas cedo terá compreendido do que era capaz, e julgo que a segurança de que a jovem aluna do Liceu Filipa de Lencastre e depois do Instituto

Superior Técnico foi dando sucessivamente provas só pode ter sido adquirida por uma muito precoce percepção de que podia decidir, falar, e liderar por si. Vejo esta segurança como raríssima, e ainda mais naqueles tempos, em que se ia sucessivamente singularizando, até como Mulher.

E é tanto mais peculiar quanto o palco da militância religiosa constituiu na progressiva afirmação o mais determinante, um mundo onde a afirmação feminina era, e continua a ser, imensamente rara.

Foi a primeira mulher numa sucessão de cargos e de posições, e também era a primeira, sem mais, em inúmeras situações em que partilhava a "competição" com colegas, parceiros de iniciativas, ou companheiros de lutas e de missões. Muitos sabem, entre nós, das posições em que foi a primeira, mas poucos terão compreendido a vastidão da proeminência e a profundidade da admiração que alcançou em inúmeros palcos internacionais.

Onde quer que entrasse, desde muito cedo, fazia-se notar, e admirar. Primeiro em organizações católicas, e depois em organismos de cooperação internacional a nível mundial, a presença de Maria de Lourdes Pintasilgo foi notada, conquistou pelo seu puro prestígio individual presidências, coordenações e distinções. A vida desta Mulher é absolutamente singular, neste contexto.

Seguríssima de si, falava e comunicava com todos como ninguém. Utilizava os palcos que permitiam avançar as suas causas, furava brechas quando era preciso, e não aceitava dizer ou fazer o que não pensava.

Julgo assim que uma parte essencial da iniciativa em que este caderno se insere será difundir melhor o que fez Maria de Lourdes Pintasilgo em múltiplos "fora" internacionais. Não porque só sejamos capazes de valorizar devidamente o que os outros valorizam, mas porque estamos perante um caso muito raro de prestígio em meios muito seletivos e difíceis, em que as conquistas só assentaram em qualidades únicas e na compreensão da importância do que era capaz de fazer.

E não foi a política, nem qualquer empenho oficial, ou partidário, que a colocou em tais patamares. O prestígio internacional, a construção pessoal de redes de conhecimento, e de influência, começou bem cedo, e bem antes de a política poder exercer qualquer influência.

Muito jovem, foi a militância católica que a conduziu a participações internacionais, e que a levou a lugares cimeiros e de influência. Com 26 anos, foi eleita Presidente da “Pax Romana”. Quando pela primeira vez participou oficialmente, em representação do seu País, em 1971, na Assembleia Geral das Nações Unidas, era já uma veterana na experiência de contactar, estabelecer redes e influenciar, a nível internacional. Este caderno contém muitos dados que remetem para essas participações, essa influência, e o imenso prestígio que pessoalmente conquistou.

Na cronologia, existe uma referência a palavras ditas por Maria de Lourdes Pintasilgo em entrevista, em que se referia à sua intervenção no Governo em que foi Ministra dos Assuntos Sociais, em 1974-1975. Aí revela a sua necessidade de se fazer entender, no contexto de um Conselho de Ministros repleto de homens – e de preocupações e linguagem diferentes da sua. Mulher sozinha, a primeira que foi ministra, quando queria exprimir valores e preocupações que aos outros não eram presentes, ou que não entenderiam nos seus termos, falava a “linguagem da mesa”, a linguagem deles, nos termos que seriam capazes de compreender e valorizar. Isto é, para se fazer ouvir, não sobre assuntos propriamente de mulheres, mas sobre preocupações sociais, de acesso a bens fundamentais e de combate à pobreza, tinha também de participar nas discussões sobre os assuntos de que os outros falavam, justiça, defesa e outros. Rodeando os outros de atenção, inserindo-se a si nos assuntos de que os outros se ocupavam, abria espaço para se fazer ouvir, e suscitar o interesse que as questões por que era mais diretamente responsável exigiam.

Esta referência, feita em entrevista em 1997, e, portanto, muito depois dos factos, remete-nos para dois fatores que quero salientar: a percepção de que, mesmo no Conselho de Ministros, os assuntos e a linguagem eram predominantemente desprovidos da compreensão das coisas próximas das pessoas, e a de que a única mulher, naquelas circunstâncias, precisava de estratégias de aproximação para que os outros compreendessem e valorizassem aquilo que era a sua área de atuação.

Como “devem” as mulheres atuar, quando atingem responsabilidades elevadas, e só veem homens à sua volta? É a questão que tanto nos fomos pondo ao longo do tempo, em que teimosamente nos não vai sendo – ainda – permitido dividir verdadeiramente o poder. A resposta que as palavras de Maria de Lourdes Pintasilgo encerram é feita de experiência irrepetível e é cheia de ensinamentos: mesmo quando é mais difícil, quando todos estão só a ver outras coisas, é preciso, sem ceder nada, chegar lá. E, certamente, como acreditava, e nos ensinou, ir introduzindo nova linguagem e novas preocupações, em novos espaços partilhados.

A teoria da exploração das brechas, que formulou a certa altura para explicar que os muros têm algures vulnerabilidades utilizáveis com persistência e visão – que tanto sugere a engenheira que era –, ajuda a compreender aquele muro de uma espécie de unicidade masculina na forma de abordar as coisas, e como era possível passar por ele. E ajuda-nos a compreender tanto do percurso pessoal, político e de intervenção social que suscitava admiração e adesão, surpresa, mas também tantas vezes receio e rejeição.

Desde logo, também nos remete para um dos traços mais vincados, admiráveis, e ajustados a um mundo que emergiu – ou de que só nos fomos apercebendo – mais tarde, mas que ela percebia tão bem: a Política é para, e com, as pessoas, mas a política que se pratica, e se praticava já, está, e estava, em patamar diferente.

Uma característica permanente, e funda, em Maria de Lourdes Pintasilgo, de toda a vida, é a independência. Movida por convicções, fortemente ancorada na sua fé, na sua forma de ver o mundo e de sobre ele atuar, quer antes quer depois do 25 de abril, mesmo em incursões na área da política formal, atuou, falou e tomou as posições nos termos em que acreditava, tantas vezes quebrando códigos de conduta e suscitando incompreensão.

Tenho a certeza de que era imune à perturbação que causava, porque era mais importante fazer e dizer o que achava certo e, se alguma prova fosse necessária do seu absoluto desprendimento pessoal do poder e das honrarias, a independência de atitude prova-o à saciedade.

Não que o poder lhe fosse desconhecido, ou indiferente. Falando do poder, justamente, no quadro da sua campanha presidencial, em 1985, e da presença do mesmo em múltiplas estruturas, escreve que ele “Só não é exercido porque não nos damos conta de que ele nos é diretamente acessível”. Ele está, portanto, em muitos lados, e não apenas nos órgãos de poder, como era eminentemente aquele a que ela se candidatava. E, como tão bem sabia isto, certamente exerceu-o, para transformar o mundo, como queria, em posições formais, quando aconteceu, e em inúmeras situações de poder informal que ocorreram ao longo da sua vida, dentro e fora do nosso País.

As palavras “cuidar” e “futuro” são chaves no discurso e na atuação de Maria de Lourdes Pintasilgo, utilizadas separadamente e sobretudo em conjunto. Como tão bem explica Isabel Allegro de Magalhães, cuidar “o” futuro era a forma privilegiada de conjugação das duas palavras. “Cuidar o Futuro” é o título de um relatório produzido por uma Comissão Mundial Independente sobre a População e a Qualidade de Vida, para que foi designada em condições imensamente honrosas, e para que escreveu em 1996 um prefácio que consubstancia muito de seu pensamento e a consagra como alguém que compreendia tão singular e certamente o tempo que

aí viria. “Cuidar o Futuro” é também o nome da Fundação que criou, e que promove este projeto.

Cuidar é palavra que associamos facilmente à percepção do papel das mulheres. E talvez fosse preciso ser mulher, e valorizar tão intensamente o que as mulheres podem fazer, sozinhas ou sobretudo em grupo, para saber tão bem como um conceito aparentemente eivado de tradição feminina na sua utilização, podia ser tão radicalmente subversivo quando colocado como eixo de atuação ou de exercício da política.

Isabel Allegro de Magalhães sugere que Maria de Lourdes Pintasilgo “desterritorializa” a palavra cuidado do seu lugar habitual no contexto tradicional do papel das mulheres. Parece-me uma forma felicíssima de explicar o uso e a valorização da palavra, e de a colocar em espaço primeiro da atuação social e política.

O futuro, esse, estava por todo o lado, nas palavras, na ação política, na mobilização de esforços e de consciências desta Mulher tão extraordinária. E não era só ao nível das preocupações e da linguagem.

Nós, que lhe sobrevivemos, sabemos a atualidade fulgurante da mobilização contra as desigualdades, da insatisfação pelo conservadorismo e o isolamento de tanta ação política, da valorização do ambiente e da preservação da natureza, de colocar as gerações que aí vêm no centro das preocupações, da necessidade imperiosa da multidisciplinaridade para resolver qualquer questão importante, do caráter indispensável da proximidade e do envolvimento dos cidadãos e das suas organizações. Ora tudo isso, e muito mais, já era dito, escrito, e discutido por Maria de Lourdes Pintasilgo.

Valorizava a discussão e o debate de ideias de forma consistente, fossem quais fossem as diferenças e os desentendimentos.

Promoveu incansavelmente ações em muitos e diferentes contextos, para difundir e discutir ideias, para chamar à ação e ao desassossego, quis sempre, mesmo e sobretudo quando teve responsabilidades políticas, que

os assuntos fossem debatidos, que os cidadãos e as suas organizações falassem, que as diferenças fossem assumidas e valorizadas.

Não estou a falar de uma Pessoa que não suscitasse a controvérsia. Suscitava-a, e queria fazê-lo. Sabia que assumia posições que eram diferentes das de muitos. Várias vezes, não coincidiam com as minhas. Muitas vezes, grandes incompreensões levaram a afastamentos, e a que não tenha o País beneficiado de talentos excepcionais.

Nada justifica que ainda não tenhamos sido capazes de reconhecer, e de querer corrigir, a falta de informação e de dados – e de interesse? – que permitam aos nossos concidadãos perceber o que temos em dívida.

Eu, certamente, tenho muito. Por razões pessoais, da relação que ambas tivemos, porque sou mulher que aprendeu infinitamente com a sua Pessoa, e porque pertença ao mesmo País que Maria de Lourdes Pintasilgo honrou de forma muito rara.

Se há maneira de hoje A lembrar, que a memória exige de nós, é que se fale, discuta, lembre o que disse e o que foi. E, certamente, que se trabalhe por ideais que eram os seus e que, no que é fundamental, todos podemos partilhar.

LEONOR BELEZA

Cronologia
da vida e obra
de Maria de
Lourdes Pintasilgo

MARIA REYNOLDS DE SOUZA

Esta cronologia foi publicada anteriormente na revista *ex-æquo* n.º 12, 2005, *Um legado de cidadania - homenagem a Maria de Lourdes Pintasilgo*, pp. 45-57.

A autora escreve segundo a antiga ortografia.

1930

- A 18 de Janeiro nasce na cidade de Abrantes, freguesia de S. João, Maria de Lourdes Ruivo da Silva Matos Pintasilgo, filha de Jaime de Matos Pintasilgo, comerciante de lanifícios, e Amélia do Carmo Ruivo da Silva Matos Pintasilgo, dona de casa.

1937

- Vem com a família para Lisboa. Faz a instrução primária no Colégio Garrett, na Av. Almirante Reis, frequentando depois o Liceu D. Filipa de Lencastre. Mantém ao longo dos anos a média de dezoito valores, e recebe, por duas vezes seguidas, o *Prémio Nacional*. Atinge o mais alto posto de graduada na Mocidade Portuguesa Feminina.

1946

- Ingressa no Instituto Superior Técnico, nessa altura «um reduto ainda esmagadoramente masculino».

«Encontrei um grupo de colegas que não fez senão alargar os meus interesses e preocupações. Era um grupo de excepcional qualidade intelectual, em que camaradagem, trabalho em conjunto e solidariedade constituíam a trama da vida escolar» (MPSC, p. 218)

- Adere à Juventude Universitária Católica Feminina - JUCF.

«A Acção Católica foi muito importante, porque funcionava segundo uma metodologia própria: “Ver, Julgar e Agir” ou seja, estar atenta às coisas e aos factos e analisá-los para ver o que era preciso fazer, e então fazê-lo.» (MPSC, p. 217)

1952

- Presidente da JUCF (até 1956).

«Todos os fins-de-semana tinha actividades com os diferentes círculos universitários do país. (...) Desse tempo vem o meu interesse pela transformação das estruturas e das instituições, a par da mudança dos corações e das mentalidades» (MPSC, p. 218)

1953

- Co-preside, com Adérito Sedas Nunes, ao Primeiro Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica, realizado em Lisboa, e que foi um marco importante na vida estudantil portuguesa.
- Obtém a licenciatura em Engenharia Químico-Industrial pelo IST.
- Em Setembro inicia a sua vida profissional como Bolseira do Instituto de Alta Cultura, na Junta de Energia Nuclear.

1954

- É nomeada Chefe de Serviço no Departamento de Estudos e Projectos da CUF, «que aceita pela primeira vez uma mulher nos seus quadros técnicos». Trabalha nas fábricas do Barreiro e nos Centros de Investigação de Sacavém e de Lisboa. Assume a direcção de projectos do mesmo Departamento, edita a revista *Indústria*, e organiza colóquios de actualização científica destinados aos quadros técnicos daquela empresa.

«O meu verdadeiro baptismo profissional teve lugar na então maior empresa do país, a C.U.F., na primeira equipa de investigação e desenvolvimento que existiu na indústria portuguesa.» (...) «Fui a primeira engenheira numa empresa de 40 000 operários» (MPSC, pp. 218, 225)

1956

- Presidente (até 1958) de Pax Romana – Movimento Internacional dos Estudantes Católicos, eleita por aclamação.

1957

- Preside, por inerência daquele cargo, ao I Seminário de Estudantes Africanos, no Gana, à Assembleia Geral de Pax Romana realizada em El Salvador
- Adere ao movimento de mulheres católicas Graal e decide «interromper a actividade profissional e realizar um trabalho social e cultural».

«Quando encontrei o Graal (um pequeno grupo, como uma tribo!), foi um momento de grande felicidade, porque sendo um movimento internacional de mulheres cristãs, o Graal reunia todas as peças que faziam parte de mim, das minhas inquietações, das minhas demandas e eu dei-me conta de que, aquilo que era uma atitude individual, existia afinal colec-

tivamente.» (SEIXAS, Maria João, “Conversa com vista para... Maria de Lourdes Pintasilgo”, *Pública*, supl. Do jornal *O Público*, 4-11-2001)

1958

- Preside, na qualidade de Presidente de Pax Romana, ao Congresso Mundial de Estudantes e Intelectuais Católicos, que teve lugar em Viena de Áustria.

1961

- Participa em Genebra na Sessão da Comissão do Estatuto da Mulher.

1962

- Introduce, com Teresa Santa Clara Gomes (1936-1996), o Movimento Graal em Portugal.

1964

- Vice-Presidente Internacional do Graal (até 1969). Dirige o Centro Internacional Interdisciplinar “Tiltenberg”, passando parte do tempo na Holanda e nos Estados Unidos.

1966

- Designada pelo Papa Paulo VI representante da Igreja Católica num grupo de ligação ecuménica com o Conselho Mundial das Igrejas (até 1970).

1967

- Representa o Graal no III Congresso Mundial do Apostolado dos Leigos, realizado em Roma.

1969

- Procuradora à Câmara Corporativa (até 1974) nas X e XI Legislaturas do Estado Novo. Integrou a *Secção XII – Interesses de ordem administrativa, 1.ª Subsecção: Política e administração geral*, tendo sido a primeira mulher nesta secção. Recusara, nessa altura, o convite de Marcelo Caetano para fazer parte da lista de deputados à Assembleia Nacional, mas aceita o lugar de Procuradora à Câmara Corporativa.

«O obstáculo intransponível que era para mim o regime de partido único levou-me a recusar. Já a Câmara Corporativa, para a qual fui convidada depois, se me afigurou algo de completamente diferente». (...) «Posso dizer que a minha tarimba política foi feita ali. Foi lá que pela primeira vez me apercebi de como é que as coisas funcionam por dentro, dasteias, cumplicidades e cedências do poder... Aprendi muito na Câmara Corporativa, não só em razão dos trabalhos concretos em que participei, mas sobretudo por aquilo que ouvia aos meus colegas, muitos dos quais ex-Ministros do regime. Ajudou-me a clarificar as minhas opções, em imensos aspectos contrárias às deles. Ao mesmo tempo, a minha participação na Câmara Corporativa serviu para salvaguardar outras actividades públicas de carácter não governamental, em que estava profundamente empenhada.» (MPSC, p. 220)

- Enquanto Procuradora, na X Legislatura: assina, com declaração de voto, o *Parecer 1/X – Autorização das receitas e despesas para 1970* (*Actas da CC, n.º 9 de 5 de Dezembro de 1969*, in *CC Pareceres, X Legislatura, Ano de 1970, vol. I*, Lisboa, 1971, pp. 45-124); assina, com voto de vencida, o *Parecer n.º 7/X – Designação pelas respectivas corporações dos vogais que fazem parte dos organismos de coordenação económica em representação das actividades por eles coordenadas* (*Actas da CC, n.º 28, de 4 de Março de 1970*, in *CC Pareceres, X*

Legislatura, Ano de 1970, vol. I, Lisboa, 1971, pp. 401-456); assina o *Parecer n.º 19/X – Autorização das receitas e despesas para 1971 (Actas da CC, n.º 59, de 28 de Nov. De 1970, in CC Pareceres, X Legislatura, Ano de 1970, vol. II, Lisboa, 1971, pp. 445-605)*); assina, com voto de vencida, o *Parecer n.º 22/X – Alterações à Constituição Política (propostas pelo Governo) (Actas da CC, n.º 67, de 16 de Março de 1971, in CC Pareceres, X Legislatura, Ano de 1971, vol. II, Lisboa, 1972, pp. 47-279)*); assina com voto de vencida o *Parecer n.º 23/X – Alterações à Constituição Política (projecto da chamada «Ala Liberal») (Actas da CC, n.º 67, de 16 de Março de 1971, in CC Pareceres, X Legislatura, Ano de 1971, vol. II, Lisboa, 1972, pp. 283-315)*); assina com voto de vencida o *Parecer n.º 24/X, Alterações à Constituição Política (projecto n.º 7/X) (Actas da CC, n.º 67, de 16 de Março de 1971, in CC Pareceres, X Legislatura, Ano de 1971, vol. II, Lisboa, 1972, pp. 319-329)*); assina o *Parecer n.º 25/X – Liberdade religiosa (Actas da CC, n.º 70, de 28 de Abril de 1971, in CC Pareceres, X Legislatura, Ano de 1971, vol. III, Lisboa, 1972, pp. 47-242)*); assina com voto de vencida (pp. 606-604) diversas disposições do *Parecer n.º 27/X – Lei de Imprensa (Actas da CC, n.º 73, de 17 de Junho de 1971, in CC Pareceres, X Legislatura, Ano de 1971 vol. III, Lisboa, 1972, 243-611)*); assina, com voto de vencida o *Parecer n.º 51/X – Revisão do regime de rendas de prédios destinados a habitação em Lisboa e Porto (Actas da CC, n.º 147, de 13 de Abril de 1973, in CC Pareceres, X Legislatura, Ano de 1973, vol. II, Lisboa, 1974, pp. 47-168)*); assina o *Parecer n.º 53/X – Publicidade do tabaco (Actas da CC, n.º 149, de 18 de Abril de 1973, in CC Pareceres, X Legislatura, Ano de 1973, vol. II, Lisboa, 1974, pp. 269-290)*); assina com voto de vencida o *Parecer subsidiário da subsecção de Ciências e letras da secção de Interesses de ordem cultural – Investigação e desenvolvimento tecnológico – Anexo XI ao Parecer n.º 56/X – Projecto do IV Plano de Fomento para 1974-1979 (continente e ilhas adjacentes), in DS, 2.º supl. Ao n.º 4 de 21-11-1973 p. 34-(220)-(230). Na XI Legislatura assina, com declaração de voto, o *Parecer n.º 4/XI – Promoção da defesa do consumidor (DS n.º 50, de 17-4-1974)*.*

1970

- Consultora (até 1973) junto do Secretário de Estado do Trabalho e Previdência (Joaquim Silva Pinto), do Ministério das Corporações e Previdência Social.
- Preside ao *Grupo de Trabalho para a Participação da Mulher na Vida Económica e Social*, no Ministério das Corporações e Previdência Social, que efectuou o primeiro levantamento das discriminações no direito público e privado, e propôs alterações ao direito da família e à legislação sobre o trabalho das mulheres.

«A proposta para presidir a este grupo coincidiu com a escalada na Imprensa dos problemas da mulher. Foi isso que me levou a tentar alguma coisa a nível legislativo. Comecei então a trabalhar numa legislação que considerava as mulheres como um grupo social, que as considerava não só no trabalho, mas no trabalho e no exercício da sua dupla tarefa. O que estava em causa era o problema da igualdade de oportunidades». (SOUSA, Antónia de, "Tenho medo de que a História passe ao lado", *Modas & Bordados*, 18-2-1974)

1971-1972

- Faz parte da Delegação Portuguesa à Assembleia Geral da ONU, realizando intervenções sobre a condição feminina (Outubro de 1971); o direito dos povos à auto-determinação (Novembro de 1971); a juventude; a liberdade religiosa (ambas em Dezembro de 1971). Procurou ainda, baldadamente, uma solução negociada para pôr termo à Guerra Colonial.

1973

- Novembro: Nomeada Presidente da Comissão para a Política Social relativa à Mulher, integrada no Ministério das Corporações e Previdência Social (sendo Ministro Baltazar Rebelo de Sousa)

«Os objectivos da comissão (...) eram muito amplos e eram portadores de toda uma convicção de que as mulheres constituem um grupo social discriminado. (...) Os limites da comissão residiam, justamente, no seu carácter inconformista (...). (SOUSA, Antónia de, "Tenho medo de que a História passe ao lado", *Modas & Bordados*, 18-2-1974)

1974

- Maio-Julho: É nomeada Secretária de Estado da Segurança Social no 1.º Governo Provisório (presidido por Palma Carlos).

«Entretanto foi o 25 de Abril. A intervenção que tive logo a seguir pareceu-me como uma etapa lógica: Em menos de quatro horas tive de decidir se aceitava ou não integrar o Governo Provisório. (...) Foi o meu grande amigo José Manuel Pinto Correia que acabou por me convencer a aceitar funções governativas com o argumento de que, para uma pessoa com as preocupações sociais que eu sempre manifestara, a atitude coerente era aceitar a oportunidade de fazer alguma coisa. E assim foi.» (MPSC, p. 221)

- Escreve o Prefácio às *Novas Cartas Portuguesas* de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa (Lisboa, Ed. Fortuna, 2.ª ed., pp. 11-12).
- Julho: Ministra dos Assuntos Sociais no 2.º Governo Provisório (empossado a 18 Julho de 1974 e presidido por Vasco Gonçalves), sendo a pri-

meira mulher portuguesa a quem é confiado um cargo ministerial, que mantém durante parte do 3.º Governo Provisório (empossado a 1 de Outubro de 1974). Cria então a pensão social.

«Quando fui Ministra dos Assuntos Sociais, há mais de vinte anos (...) decidi intervir em todos os assuntos. Mesmo naqueles que não me diziam directamente respeito e que eram, acentuadamente, do domínio masculino, como a Justiça, a Defesa, a Descolonização, os Negócios Estrangeiros. Para muitas pessoas isto foi visto como querendo eu abarcar mais do que me cabia. Na realidade, o que eu queria, e consegui, foi falar das coisas que os homens falavam para depois eles me escutarem naquilo que eu tinha a dizer: a necessidade da introdução da pensão social, a necessidade de um salário mínimo, a extensão da cobertura da Saúde aos rurais, etc., etc. Eu queria fazer entrar esse cuidado da sociedade por todos, sem que ficasse alguém de fora. Para isso tive de falar a linguagem da mesa». (PINHEIRO, Paula Moura, "As mulheres têm de trabalhar sobre si próprias", *Pública*, supl. Dojornal *O Público*, 3-8-1997).

1975

- Coloca em instalação, enquanto Ministra dos Assuntos Sociais, a Comissão da Condição Feminina (Decreto-Lei n.º 47/75 de 1 de Fev.) na continuação da Comissão criada em 1973.
- 11 de Março: Deixa o Governo.

«As tensões que se haviam acumulado no Conselho de Ministros desembocaram em posições irredutíveis sobre as nacionalizações. Opus-me frontalmente às nacionalizações maciças – a minha experiência profissional levava-me a considerar a questão mais segundo as condições técnicas de cada sector e menos segundo uma qualquer ortodoxia ideo-

lógica. (...) O 11 de Março pôs termo ao Programa de Política Social e Económica em que com tanto interesse participara.» (MPSC,221)

- Entre Maio e Setembro: Membro eleito do Conselho de Imprensa.
- Entre Maio e Agosto: Presidente da Comissão da Condição Feminina.
- 28 de Julho: Nomeada Delegada Permanente de Portugal junto da UNESCO (DR n.º 175/75 de 31-7), sendo assim a primeira portuguesa Embaixadora, «numa altura em que as mulheres não tinham entrada na carreira diplomática». Desempenha esse cargo até 1979, embora administrativamente o conserve até 1981 (DR n.º 133/81 de 27-5).

«Dada a grande atenção e aceitação que Portugal suscitava nessa altura na comunidade internacional, significava, em meu entender, uma plataforma decisiva para o trabalho de democracia e desenvolvimento que o 25 de Abril inaugurara. Essa convicção foi tão forte que me levou a recusar o convite do Primeiro-Ministro Mário Soares para integrar o 1º Governo Constitucional”. (MPSC, p. 222)

1976

- É membro eleito por quatro anos do Conselho Executivo da UNESCO, por proposta dos países ocidentais.

1979

- Chefia o V Governo Constitucional, de iniciativa presidencial do General Ramalho Eanes, de 1 de Agosto de 1979 a 3 de Janeiro de 1980, com a incumbência de preparar as eleições intercalares no final de 1979. Torna-se então a primeira portuguesa a desempenhar o cargo de Primeiro-Ministro.

«Inaugurei uma outra forma de governar. A estrutura governamental era diferente, definia grandes áreas de Governo e não havia compartimentos entre os Ministérios. Procurei implementar um princípio de acção decisória próxima das pessoas a quem a decisão dizia respeito». (MPSC, p. 223)

1980

- Dinamiza (até 1986) a Rede de Mulheres.

«No início dos anos 80 comecei uma acção cívica orientada para o aprofundamento da democracia. Estimulei a criação de uma rede de mulheres com o objectivo de encorajar a tomada da palavra pelas mulheres e a sua participação em todos os aspectos da vida social.» (MPSC, p. 224)

- Apoia a candidatura do General Ramalho Eanes à Presidência da República.
- Publica *Sulcos do nosso querer comum: recortes de entrevistas concedidas durante o V Governo Constitucional*, com prefácio de Eduardo Lourenço (Porto, Ed. Afrontamento).
- Publica *Imaginar a Igreja* (Lisboa, Multinova).
- Publica *Les Nouveaux Féminismes: question pour les chrétiens?* (Paris, Les Éditions du Cerf).
- Assina o Pré-Prefácio e o Prefácio da 3.^a edição das *Novas Cartas Portuguesas* de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa (Lisboa, Moraes Editores).

1981

- Consultora (até 1985) do Presidente da República General Ramalho Eanes, gerindo o *dossier* Timor-Leste.
- É condecorada com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo (DR, 9-4-81), sendo a primeira mulher agraciada nessa Ordem com esse grau.

- Publica *Os novos feminismos: interrogação para os cristãos?*, tradução do francês por Isabel Maria Ávila e Maria Antónia Coutinho (Lisboa, Moraes Editores).
- Publica "Feminismo – palavra velha?" in *Boletim do Centro de Reflexão Cristã*, Jan-Mar, pp. 12-16.

1982

- Dinamiza (até 1985) a Plataforma Inter-Grupos e o Movimento para o Aprofundamento da Democracia – MAD.
- É membro do Conselho Directivo do World Policy Institute, da New School of Social Research, de Nova Iorque.
- Publica "Les femmes dans la société et dans l'Eglise" in *Les Cahiers* n.º 4, Centre Théologique de Poitiers.
- Publica "Introductory Essays" in *Creative women in changing societies – A quest for alternatives*, editado por Torill Stockland et al, para UNITAR Transnational Publishers, inc., Nova Iorque, Dobbs Ferry, pp. 15-20.

1983

- Integra o Conselho da Universidade das Nações Unidas, por designação do Secretário-Geral da ONU, do Director-Geral da UNESCO e da Santa Sé (até 1989).
- Publica "L'humilité de Jésus Christ, seule alternative à la loi du plus fort", in *Vers la réconciliation entre les femmes et les hommes dans le couple, dans la société, dans l'Eglise*, Chrétiennes à Lourdes, pp. 33-51.
- Publica *Les femmes et la responsabilité dans le monde politique – Progrès accomplis en 1983*, Groupe spécial sur l'égalité des droits des femmes à l'ONU, Genebra, ONU, pp. 17-24.

1984

- Membro da *Fundação Europa – América Latina*.
- Membro do *Clube de Roma*.
- Membro de *Pax Christi*.
- Publica "Daring to be different" in *Sisterhood is Global*, Ed. Robin Morgan, Nova Iorque, Anchor Press, pp. 571-575.
- Publica "La Politique autrement" in *L'actualité religieuse dans le monde*, n.º 14, Out., pp. 6-10.

1985

- Decide candidatar-se à Presidência da República, é a primeira vez que uma portuguesa o faz, mas, após um início de campanha promissor, não passa à segunda volta.
- Publica *Dimensões de mudança*, com prefácio de Eduardo Prado Coelho (Porto, Ed. Afrontamento).
- Publica *As minhas respostas* (Lisboa, Dom Quixote).

1986

- É membro do Sisterhood is Global Institute, Nova Iorque.

1987

- Maio-Junho: Lecciona na Universidade Internacional de Lisboa um *Curso sobre Problemas do Desenvolvimento Global*, enquadrado no Departamento de Extensão Cultural.
- Julho: É cabeça de lista do PS e eleita deputada independente integrada no grupo socialista, nas primeiras eleições (intercalares) realizadas em Portugal para o Parlamento Europeu (mandato 1987-89).
- Publica "Oser la différence" in *L'actualité religieuse*, Set., pp. 28-32.

1988

- É Vice-Presidente do Conselho de Interação dos Ex-Chefes de Governo (até 1993).
- Membro do Comité Consultivo do Synergos Institute, Nova Iorque.
- Publica "Ousar a diferença" in *Cadernos Reflexão Cristã*, Out., pp. 63-72.

1989

- Eleita pela Assembleia Geral da ONU, é membro do Conselho da Ciência e da Tecnologia ao Serviço do Desenvolvimento (até 1991).
- No âmbito do Graal, é mentora do projecto *Rede Lien* (até 2004).
- Publica "Elementos para uma espiritualidade das mulheres: as mulheres no plural", in *Reflexão Cristã* n.º 66/67, Out.-Dez.

1990

- É membro do Grupo de Peritos da OCDE (até 1991) sobre A Mudança Estrutural e o Emprego das Mulheres, a convite do Secretário-Geral daquela organização, contribuindo para o notável relatório final *Conduzir a Mudança Estrutural: o papel das mulheres* (Ed. Graal, 1994).
- Recebe, em 2 de Fevereiro, o doutoramento *honoris causa* pela Universidade Católica de Lovaina.
- Conselheira Especial do Reitor da Universidade das Nações Unidas (até 1992).
- Publica "Pour une nouvelle politique" in *Etats Généraux des Femmes*, Antoinette Fouque, Paris, Ed. des Femmes, pp. 88-95.

1991

- Membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (até 2002), eleita pela Assembleia da República.

«Muitas das questões que discutíamos eram mais do foro da Medicina, longe portanto do campo específico da minha formação, mas verifiquei que nos encontrávamos e nos compreendíamos com grande naturalidade. O passear entre os saberes é isso, não passa por uma especialização em tudo, mas sim por uma capacidade de apreensão e de compreensão da “outra” coisa». (SEIXAS, Maria João, “Conversa com vista para... Maria de Lourdes Pintasilgo”, *Pública*, supl. Dojornal *O Público*, 4-11-2001).

1992

- Preside ao Grupo de Peritos do Conselho da Europa sobre “Igualdade e Democracia” (até 1994).
- «Nesse contexto tenho afirmado claramente que o mais importante é que as mulheres introduzam, hoje, na vida política, uma outra forma de olhar e viver as coisas.» (MPSC, p.225)
- Presidente da Comissão Mundial Independente sobre a População e a Qualidade de Vida (até 1997), por convite conjunto dos governos dos Países Baixos, Suécia, Noruega, Alemanha, Canadá, Reino Unido, Japão, bem como do Banco Mundial e várias fundações americanas. Escreve, em 1996, o Prefácio de *Caring for the Future – Report of the Independent Commission on Population and Quality of Life*, Oxford, Oxford University Press.

«Aqui (...) consegui o que foi uma estreia no plano mundial: igual número de homens e mulheres na composição da Comissão» (MPSC, p. 227)

- Publica “Custodi della soglia” in *La Donne secondo Wojtyla*, Maria Antonietta Maciocchi, Milano, Edizione Paoline, pp. 309-319.
- Publica “Visioning the future” in *Churchwomen*, Church Women United, pp. 17-19.

1993

- Preside ao Conselho Directivo do Instituto Mundial de Investigação sobre Desenvolvimento Económico da Universidade das Nações Unidas (WIDER/UNU) (até 1998).
- Publica "A ordem da vida" in *Planeta Fêmea*, Rio de Janeiro, Editoriação IDAC, p. 23.
- Publica "O nexo da sobrevivência" in *Planeta Fêmea*, Rio de Janeiro, Editoriação IDAC, pp. 27-32.
- Publica "Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa: "Neue Portugiesische Briefe" in *Die Schwestern der Mariana Alcoforado - Portugiesische Schriftstellerinnen der Gegenwart*, Berlim, Ed. Tanvia, pp. 11-29.
- Publica "Egalité - Identité", in *L'accès à l'égalité entre femmes et hommes dans la Communauté Européenne*, Louvain-la-Neuve, Presses Universitaires de Louvain, pp. 261-273.

1994

- Lecciona na Universidade Aberta de Lisboa, no âmbito do Mestrado de Relações Interculturais, a cadeira *Nacionalidade, Cidadania e Identidade Cultural*.
- É condecorada, a 10 de Junho, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante.
- Presidente do Sisterhood is Global Institute.

1995

- Preside ao Comité de Sábios (até 1996), convidada pelo Presidente da Comissão Europeia. Prefacia *Para uma Europa dos Direitos Cívicos e Sociais - Relatório do Comité de Sábios* presidido por Maria de Lourdes Pintasilgo (Luxemburgo, 1996, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias).

1996

- No âmbito do Graal, é mentora do projecto integrado no IV Plano para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (até 2000), da Comissão Europeia *Para Uma Sociedade Activa*.
- Publica “La Démocratie Paritaire: une nouvelle intelligence dans les rapports sociaux ?” in *Les Enjeux de la Grande Europe: le Conseil de l’Europe et la sécurité démocratique*, Estrasburgo, La Nuée Bleue/Conselho da Europa, pp. 139-150.
- Publica “Equal Participation of individuals and groups: the challenge of Parity Democracy” in *Equality and Democracy: utopia or challenge? Proceedings of a Conference*, Estrasburgo, Conselho da Europa.

1997

- Membro do Instituto para o Desenvolvimento e a Acção Cultural (IDAC) do Rio de Janeiro.
- Recebe a Medalha Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras.
- Publica “La présence des femmes dans la vie politique locale” in *Rencontres de Sintra*, Conseil des Communes et Régions d’Europe, Sintra, pp. 53-56.

1998

- Membro do Council of Women World Leaders (EUA).
- Publica “Women, citizenship and the active society”, in *Shifting Bonds, Shifting Bounds - Women, Mobility and Citizenship in Europe*, Oeiras, Celta Ed.
- Publica “As Mulheres, a Cidadania e a Sociedade Activa”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 50, Fev.

1999

- Escreve o Prefácio de *A Mulher - Bibliografia Portuguesa Anotada (1518-1998)*, de Maria Regina Tavares da Silva (Lisboa, Ed. Cosmos).

«Ao olhar o que Portugal pensou e escreveu sobre as mulheres entre 1518 e 1998, esclarece-se toda uma herança que não pode deixar de estar ainda presente nas convicções, nos atavismos, nas reacções espontâneas da sociedade em que vivemos. E, ao lermos as citações que a autora judiciosamente escolheu para dar o tom exacto do documento que anota, perguntamo-nos com que detergente do espírito se limparão tão profundas e repetitivas marcas que atravessam incólumes estes quase cinco séculos de pensamento sobre as mulheres».
(*op. cit.*, p. XI)

2000

- Por ocasião dos seus 70 anos é publicado, em sua homenagem, o livro *A Mulher das Cidades Futuras*, no qual colaboram 127 personalidades (org. Isabel Allegro, Lisboa, Livros Horizonte).

2001

- Preside à Fundação Cuidar o Futuro, por si concebida e instituída pela Associação Graal.
- No âmbito do Graal é mentora do projecto *Trabalho e Família - Responsabilidade Total* integrado na iniciativa comunitária EQUAL (até 2002).
- É mentora, no âmbito do Graal, do projecto *Banco do Tempo*.

2004

10 de Julho: Maria de Lourdes Pintasilgo morre em Lisboa, na sua casa. Está sepultada no Cemitério dos Prazeres.

Novembro: A Câmara Municipal de Tavira dá o seu nome a uma rua da cidade.

2005

A Câmara Municipal de Abrantes promove uma semana (iniciada a 18 de Janeiro) de homenagem a Maria de Lourdes Pintasilgo, dando o seu nome à rua em que nasceu (R. Do Brasil), inaugurando uma exposição em sua honra na Biblioteca Municipal António Botto, organizando sessões informativas nas escolas, e realizando uma sessão pública em que participaram Maria José Nogueira Pinto, Mário Soares, Ana Paula Laborinho, Teresa Vasconcelos, António Vitorino de Almeida, Jorge Lacão, Luís Moita e Fátima Grácio; o Presidente da República enviou uma mensagem. A Universidade da Terceira Idade de Abrantes celebrou também, com uma sessão, a sua memória.

FONTES:

Biografia oficial de MLP facultada pela Fundação Cuidar o Futuro.

Registo Biográfico dos Senhores Procuradores à CC; Câmara Corporativa, Pareceres (X Legislatura), Ano de 1970 (vols. I, II), id., Ano de 1971 (vols. II e III), id., Ano de 1972 (vol. I e III) id., Ano de 1973 (vol. II). Lisboa, Imprensa Nacional; Diários das Sessões (DS): n.º 50, de 17-4-74, pp. 984-(35); 2.º supl. A o n.º 4 de 21-11-73, p. 34-(227)-(230); Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, X Legislatura, 1.ª, 2.ª, 3.ª 4.ª sessões, 1969 a 1973.

BIBLIOGRAFIA:

(MPSC) BETTENCOURT, Ana Maria e PEREIRA, Maria Margarida Silva (coord.), "Maria de Lourdes Pintasilgo", in *Mulheres Políticas - As suas Causas*, Lisboa: Quetzal Editores, 1995, pp. 215-227.

Portugal - *Situação das Mulheres*, 1995, 13.ª ed. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995.

SOUSA, Antónia de, "Tenho medo de que a História passe ao lado", *Modas & Bordados*, 18-2-1974,

RODRIGUES, António Simões (coord.), *História de Portugal em Datas*, Lisboa: Temas & Debates, 1996.

OLIVEIRA, Américo Lopes de, *Dicionário de Mulheres Célebres*, Porto: Lello & Irmão, 1981.

PINHEIRO, Paula Moura, "As mulheres têm de trabalhar sobre si próprias", *Pública*, supl. Dojornal *O Público*, 3-8-1997

AZEVEDO, Cândido, *Classe Política Portuguesa, Edição de 1994*, Lisboa, Pégaso Editores, Lda.

SEIXAS, Maria João, "Conversa com vista para... Maria de Lourdes Pintasilgo", *Pública*, supl. Dojornal *O Público*, 4-11-2001.

AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol.3. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.

SOUZA, Maria Reynolds de, «Procuradoras à Câmara Corporativa», in CASTRO, Zília Osório de, e ESTEVES, João (dir.), *Dicionário no Feminino, séculos XIX e XX*, Lisboa: Livros Horizonte, 2005. «Pintasilgo, Maria de Lourdes», *Dicionário Biográfico Parlamentar*, no prelo.

Maria de Lourdes Pintasilgo

– uma mulher de fé,
de pensamento
e de acção política

MANUELA SILVA

Esta conferência foi apresentada dia 16 de novembro de 2016 no Edifício Caleidoscópio em Lisboa, no âmbito do Ciclo de Encontros: Tributo a Europeus Notáveis, promovido pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors por ocasião dos 30 anos de integração na UE, para destacar personalidades que marcaram a vida nacional e europeia. A autora escreve segundo a grafia antiga.

1. Uma mulher nova, feita de um sopro novo

Como pórtico desta apresentação socorro-me das palavras de uma escritora, sua admiradora, Hélia Correia, que, na sessão de homenagem a Maria de Lourdes Pintasilgo (MLP), por ocasião do seu 70.º aniversário, escrevia:

«É uma mulher nova, feita de um sopro novo. Toda a acção é nela espiritualidade e toda a espiritualidade é nela acção. A energia da sua intervenção é a mesma energia do seu recolhimento. Há dentro dela o único milagre capaz de iluminar os dias de hoje, isto é, a aliança de uma crença profunda e de uma tolerância a toda a prova.» (Outubro 2004)

Tive o privilégio de conhecer a MLP no Verão de 1950, num campo de férias da Juventude Universitária Católica Feminina, na Nazaré. Tinha eu, então, 18 anos e acabava de completar o primeiro ano na Universidade Técnica de Lisboa, no Instituto Superior de Economia e Gestão, e ela dois anos mais adiantada na idade e nos estudos de engenharia no Instituto Superior Técnico.

Já nessa altura fiquei com a certeza que MLP seria sempre *uma mulher de um sopro novo*. Nesse longínquo Verão de 1950, falou da universidade e da nossa responsabilidade de estudantes na universidade e na sociedade com tamanha largueza de visão e convencimento como ninguém, até então, me tinha aberto tais horizontes. Falou com o coração e o afecto com que habitualmente revestia as suas palavras, estabelecendo pontes com quem a escutava e suscitando adesão e compromisso por parte das ouvintes, eu incluída.

Aí começou a nossa relação de companheirismo, de apreço mútuo, de cumplicidade no aprofundamento de uma espiritualidade vertida em acção de transformação do mundo. Trabalhámos juntas na organização do I Congresso dos Universitários Católicos, que viria a juntar, em Abril de 1953, cerca de 2000 estudantes, em Lisboa, provindos de diferentes faculdades das quatro universidades então existentes (Porto, Coimbra, Clássica de Lisboa e Técnica de Lisboa).

Nesta apresentação optei por dar lugar à própria homenageada, recordando as suas palavras e cruzando-as com as de algumas personalidades que, antes de mim, foram dando os seus testemunhos. Assim, o texto desta conferência é uma espécie de recolha, selectiva, é certo, de apenas três faces de um riquíssimo e colorido poliedro, a metáfora que, a meu ver, melhor representa a pessoa MLP.

2. A fé como energia vital para a acção

Não é possível compreender a nossa homenageada sem fazer ressaltar a fé que a animava e pela qual pautava todo o seu agir, tanto nas pequenas coisas do quotidiano como nas grandes causas da esfera pública, do pensamento e da política, em que generosamente tanto se envolveu.

A fé está na génese da sua motivação profunda como na finalidade que imprime sentido à sua acção. Ela própria o assume de modo explícito quando diz:

«A fé é fundamentalmente uma experiência no sentido de uma realidade que se experimenta, que é vivida. E essa realidade não se pode identificar, nem com uma série de silogismos bem elaborados, nem com uma intuição povoada de imagens que uma civilização determinada em nós produz.

A experiência de fé supõe uma irrupção histórica do acontecimento Jesus Cristo que, hoje, me pergunta: E tu, Simão Pedro, quem dizes que eu sou? A pergunta ficou feita e a resposta vai ser revelada pelo tecido da sua vida.»

(In *Imaginar a Igreja - Reflexões ultrapassadas?*, Multinova, 1980)

Para MLP, ser cristão não era, pois, *um dado adquirido pelo baptismo*, nem uma pretensa afiliação num certo clube com alguns correspondentes sinais exteriores, em ocasiões especiais. A fé é, sim, uma conquista constante do espírito, em resposta ao apelo sempre fiel de Deus. O dinamismo da fé pressupõe que o crente se deixa interpelar em permanência pelo entendimento que vai fazendo da Palavra de Deus – a Palavra da revelação bíblica e a palavra da realidade temporal em que vive, os sinais dos tempos, como referia o Papa João XXIII na famosa encíclica *Pacem in Terris*.

Por outro lado, a fé exige uma permanente re-invenção de interpretação e de resposta face à complexidade das situações concretas da nossa existência e daí a importância de uma formação permanente guiada pela liberdade de espírito e animada pela esperança e pelo amor.

Deixo a palavra a MLP:

«É nesta experiência que a liberdade do homem-de-fé se vai construindo. Vai a cada momento refazer a imagem que tem de si próprio e a imagem que tem de Deus... a experiência de fé será tanto mais próxima da ver-

dade de Deus quanto mais se desfizerem os mitos, as imagens, as construções que o próprio homem produziu e substituiu a Deus»

(Ibidem)

Nesta transcrição, está bem vincada a ideia de que a fé de MLP é um caminho pessoalíssimo, um caminho exigente, feito a partir de uma adesão firme à Palavra de Deus, o que supõe desassossego e desacomodação aos mitos, às rotinas e às ideias feitas que são, para muitos, almofadas de conforto, mas em nada conformes aos apelos do Evangelho a uma utopia de nova terra e novos céus. MLP nunca se deixou seduzir por esses lugares de conforto. Sempre a conheci como uma mulher de busca no plano espiritual e de suspeita em relação à fé, mesmo quando a envolvência eclesial e política lhe não era propícia.

Esta posição explica por que razão MLP era, simultaneamente, admirada, mas ao mesmo tempo temida, em certos meios católicos e por algumas figuras da hierarquia da Igreja em Portugal, nas décadas de 60 e 70. Sei que isso a fazia sofrer, mas não retroceder no seu percurso pessoal.

Aliás, MLP encontrava confirmação do seu modo de pensar a fé no pensamento de conceituados teólogos de outras geografias, cujas obras não só lia como debatia e ajudava a divulgar nos seus círculos mais próximos. Com alguns proeminentes teólogos e teólogas mantinha correspondência e lateralidade de diálogo. O conhecimento das fontes bíblicas e patrísticas bem como da doutrina social da Igreja, que desde cedo cultivava ao nível da melhor formação académica, constituía uma base sólida que lhe servia de inspiração e de incentivo para o seu percurso espiritual pessoal e ao mesmo tempo lhe proporcionava um sólido fundamento para a argumentação quando a controvérsia se impunha.

MLP, como muitos cristãos da década de 60 do século XX, designadamente as mulheres, viveu intensamente o anúncio do Concílio Vaticano II, o desenrolar dos trabalhos conciliares e a divulgação dos documentos

doutrinários e pastorais daí resultantes e pode dizer-se que se empenhou, profundamente, em passar à prática os ensinamentos recolhidos. Foi uma obreira do *aggiornamento*, tanto no que concerne à vida interna da Igreja como, sobretudo, no que se refere à sua relação com as *realidades terrestres*.

Acerca da espiritualidade de MLP muito mais haveria que lembrar, por exemplo, o lugar que dava ao silêncio, à oração e à liturgia, o empenho com que lidava com o ecumenismo, ou a abertura com que ia ao encontro de outras espiritualidades, as acolhia, valorizava e era capaz de integrar os seus distintos contributos na espiritualidade cristã.

A concluir esta importante faceta da homenageada, destaco ainda quatro tópicos à maneira de síntese:

- Para MLP a fé é um caminho de busca atenta e perseverante, percorrido na esperança de que a promessa de Deus se realize, aqui e agora, em frutos de justiça, de verdade e de paz, o reino de Deus, ou, nas palavras de um autor que regularmente frequentava, Yves Congar: *A fé não é uma certeza tranquilizante*. A esta afirmação juntava as palavras de um outro teólogo, também da sua preferência, o protestante Óscar Culman, *a fé é uma tensão entre um já e um ainda não*.
- Foi este percurso de fé que conduziu MLP a assumir uma atitude de maturidade laical como mulher na Igreja, em sintonia, aliás, com o pensamento conciliar, a usar da palavra e da sua influência pessoal em vários fora nacionais e internacionais.
- Foi o mesmo percurso de fé que a levou a aceitar cargos públicos de responsabilidade na cena política nacional e internacional e a manter sempre uma presença viva no plano da cultura e do pensamento contemporâneo, antecipando propostas de soluções para as *idades futuras*.
- Foi o mesmo percurso de fé que a levou a tecer redes de solidariedade em torno de causas comuns e a entregar a sua vida para as fazer vingar.

3. A acção cívica, eclesial e política

A vida de uma pessoa não se distingue apenas por aquilo que ela realiza e ganha visibilidade no espaço público. Mas há vidas que não se compreendem sem que recordemos as suas realizações materializadas em obras e outras marcas deixadas nas instituições a que ficaram ligadas ou nos cargos que desempenharam. A vida de MLP não se apreende sem uma referência à sua acção cívica, eclesial e política nas suas quase seis décadas de vida activa.

Licenciada em engenharia química pelo Instituto Superior Técnico, iniciou a sua carreira profissional, em Setembro de 1953, como investigadora na Junta Nacional de Energia Nuclear, na qualidade de bolseira do Instituto de Alta Cultura, o que serviu de trampolim para, no ano seguinte, vir a ser contratada para chefe de serviço no Departamento de Investigação e Desenvolvimento da Companhia União Fabril (CUF) e assim foi a primeira mulher a ser aceite nos quadros técnicos superiores de uma das empresas portuguesas de maior prestígio na década de 1950. Trabalhou nas fábricas do Barreiro e nos Centros de Investigação de Sacavém e Lisboa, assumiu a direcção de projectos no Departamento de Estudos e Projectos da CUF, dos quais se destacam a edição da revista *Indústria* e a organização dos Colóquios de Actualização Científica, destinados aos quadros técnicos da empresa.

A sua experiência de trabalho numa empresa industrial, o seu contacto com o mundo fabril, sobretudo, com as condições de trabalho das mulheres, apesar da sua curta duração (cerca de cinco anos), não deixará de influenciar o seu pensamento e o desenrolar da sua acção futura na Igreja, na sociedade e na política.

Em 1957, MLP é co-fundadora em Portugal do movimento internacional Graal, de que viria a ser vice-presidente internacional entre 1964 e 1969. Nessa qualidade desempenha intensa actividade no plano internacional,

com presença em vários continentes, exposição a diferentes culturas e participação em projectos de desenvolvimento com destaque para a promoção das mulheres.

No Graal em Portugal foi mentora e impulsionadora de diferentes iniciativas, nomeadamente as seguintes: *Rede Lien* (1989-2004); *Trabalho e Família – Responsabilidade Total* (2001-2002); *Para uma Sociedade Activa* (1996-2000); *Banco de Tempo* (2001 e seguintes) e outras.

A entrada na acção política inicia-se com a missão de procuradora à Câmara Corporativa na Secção XII – *Interesses de ordem administrativa, 1.ª Subsecção: Política e Administração Geral*. Foi a primeira mulher a exercer funções nesta secção, cargo que desempenhou até Abril de 1974. Recordo que, antes de aceitar este convite pessoal de Marcello Caetano, já tinha recusado um outro para integrar a lista de deputados concorrentes às eleições para a Assembleia Nacional. Na qualidade de procuradora, deixou marcas da sua independência (votos de vencida) em vários pareceres sobre temáticas fundamentais como a liberdade de imprensa, o modelo de desenvolvimento económico e a proposta de alterações à Constituição.

De destacar, também, a sua presença no Grupo de Trabalho para a Participação da Mulher na Vida Económica e Social. No exercício dessas funções, integrou a Delegação Portuguesa à Assembleia Geral da ONU e participou em várias sessões daquela organização internacional. As temáticas das suas várias intervenções revelam a sua ousadia e a atenção com que se envolvia nas problemáticas do tempo. Entre outras, cito: o direito dos povos à auto-determinação (Novembro de 1971), a juventude (Dezembro de 1972), a condição feminina (Novembro de 1972), a situação social no mundo (Outubro de 1971), a liberdade religiosa (Dezembro de 1972).

MLP foi presidente da Comissão para a Política Social relativa à Mulher, criada em Setembro de 1973, e manteve-se como presidente da Comissão da Condição Feminina, que àquela sucedeu, em 1975.

Depois da Revolução do 25 de Abril de 1974, foi nomeada Secretária de Estado da Segurança Social no I Governo Provisório. Ocupou como Ministra a pasta dos Assuntos Sociais nos II e III Governos Provisórios, entre 17-07-1974 e 25-03-1975. O programa de acção, que concebeu para aquele Ministério, mereceu a classificação de programa-modelo, por parte do Secretariado do Desenvolvimento Social para a Europa da ONU. Introduziu, no programa daquele Ministério, a aplicação do princípio da universalidade das prestações sociais do Estado.

Foi embaixadora junto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Também nesse cargo, MLP se distinguiu. Durante a Conferência Geral de 1976, realizada em Nairobi, foi eleita, por quatro anos, membro do Conselho Executivo da UNESCO, por proposta dos países ocidentais, com o fundamento expresso nestes termos: *pelo reconhecimento das suas capacidades na resolução de problemas difíceis e pelo seu conhecimento profundo em matérias como ciência, educação e cultura.*

Em 19-07-1979, aceita o convite do Presidente da República de então, o General Ramalho Eanes, vindo a desempenhar o cargo de Primeiro-Ministro do V Governo Constitucional, um governo de gestão incumbido de preparar as eleições legislativas intercalares, mas em que MLP aproveita para introduzir na governação mudanças significativas no sentido de maior justiça social, educação para todos, promoção da ciência e da cultura bem como uma visão ética na condução dos negócios do Estado, que ficaram bem patentes na vasta produção legislativa daquele curto período da nossa história democrática bem como no estilo de governação, dialogante e de proximidade com os cidadãos.

MLP foi também uma mulher de causas públicas. Entre outras, empenhou-se na causa pela independência de Timor-Leste, tendo sido consultora do Presidente da República Ramalho Eanes. Foi mentora e impulsionadora de importantes movimentos sociais e cívicos, nomeadamente na criação da Rede de Mulheres (1980-1986), na Plataforma Inter-Grupos, no Movimento

para o Aprofundamento da Democracia (MAD), entre 1982 e 1985, e na Plataforma Europeia para o Ambiente.

Como é sabido, foi candidata independente às eleições presidenciais de 1986 e, também aí, se destacou pelo modo como conduziu a sua campanha e pelas temáticas que introduziu no debate político de então.

Entre 1987 e 1989, foi deputada ao Parlamento Europeu, na qualidade de independente integrada no Grupo Socialista.

Fez parte de diferentes órgãos directivos ou consultivos de instituições universitárias internacionais, como, por exemplo, o prestigiado World Policy Institute da New School of Social Research, em Nova Iorque (1982). Foi igualmente membro do Conselho Directivo da Universidade das Nações Unidas, entre 1983 e 1989, por designação do Secretário-Geral da ONU, do Director-Geral da UNESCO e da Santa Sé. Entre 1990 e 1992, foi conselheira especial do Reitor da Universidade das Nações Unidas. Presidiu, entre 1993 e 1998, ao Conselho Directivo do Instituto Mundial de Investigação sobre Desenvolvimento Económico da Universidade das Nações Unidas (WIDER/UNU).

Em 1983, torna-se membro do Conselho de Interação de Ex-Chefes de Governo, organismo criado por Kurt Waldheim, Leopold Senghor e Helmut Schmidt, ocupando a sua vice-presidência entre 1988 e 1993.

De 1989 a 1991, fez parte do Conselho da Ciência e da Tecnologia ao Serviço do Desenvolvimento, eleita pela Assembleia Geral da ONU e foi membro do Grupo de Peritos da OCDE sobre *A Mudança Estrutural e o Emprego das Mulheres* (1990-1991), a convite do Secretário-Geral daquela organização. De 1992 a 1994, foi presidente do Grupo de Peritos do Conselho da Europa sobre *Igualdade e Democracia*.

Merece especial destaque, pelo alcance do trabalho produzido, a sua nomeação, como presidente da Comissão Mundial Independente sobre a População e Qualidade de Vida (1992-1997).

Ainda no plano internacional, cabe destacar que foi membro das seguintes entidades, entre outras: Fundação Europa - América Latina (1984); Clube de Roma, Paris (1984); Sisterhood is Global Institute, em Nova Iorque (1986, tornando-se sua presidente, em 1994); do comité consultivo do Synergos Institute, Nova Iorque (1988); Instituto para o Desenvolvimento e a Acção Cultural (IDAC), Rio de Janeiro (1997); Institute for Democratic Electoral Assistance, em Estocolmo (1997); Conselho de Women World Leaders, Cambridge (1998) e membro do World Order Model's Project. Entre 1995 e 1996, foi presidente do Comité dos Sábios, a convite do Presidente da Comissão Europeia.

Em 1987, leccionou, na Universidade Internacional de Lisboa, um Curso sobre Problemas de *Desenvolvimento Global*. Durante o ano de 1994, foi professora na Universidade Aberta de Lisboa, no Mestrado em Relações Interculturais, da disciplina *Nacionalidade, Cidadania e Identidade Cultural*.

Entre 1991 e 2002, foi membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, eleita pela Assembleia da República. Torna-se, desde 2001, presidente da Fundação Cuidar O Futuro, uma iniciativa por si concebida e instituída pela Associação Graal.

4. Motivação, finalidade, linhas de rumo

Concluída uma resumida - ainda que extensa - apresentação curricular, importa que nos debruçemos sobre o que subjaz ao seu percurso de vida activa enquanto motivação e finalidade e bem assim proceder à identificação das principais linhas de rumo que nele se inscrevem.

Escolho como fonte o discurso que fez aquando da sua tomada de posse como Chefe do Governo dos cem dias, um tempo que - recordemo-lo - era de grande perplexidade e de complexa encruzilhada política.

MLP estava bem consciente do desafio que lhe fora feito, por isso começou o seu discurso com uma interrogação: Por que aceitamos fazer parte

desta “marcha de cem dias”? E a esta pergunta MLP responde com palavras claras, incisivas e emotivas:

«Poderíamos dizer o serviço, o sacrifício, a missão, e diríamos a verdade. Mas preferimos dizer: o risco, o gosto de o enfrentar, porque difícil é a tarefa e árduos são os caminhos.

Preferimos dizer a solidariedade e o desejo de a viver até ao fim, porque saibrosa é a terra que cultivamos e dura a labuta quotidiana.

Preferimos dizer a lucidez e a procura de uma verdade cada vez mais limpa, porque emaranhados são os problemas e contraditórias as soluções.»

Também no mesmo discurso, há uma notória preocupação em introduzir uma metodologia inovadora na governação. São palavras suas:

«Ouviremos o protesto donde quer que venha, e no coro das aspirações dissonantes e por vezes antagónicas prestaremos atenção ao silêncio dos que na sociedade permanecem sem voz.

A luta que travamos é contra o tempo – empurrá-lo, como diz o poeta, ao encontro das cidades futuras, para que se desenhem caminhos novos para que se não percorram desnecessariamente as vias do desencanto alheio.

O lugar onde travamos a luta é aqui e longe. São os nossos problemas reais, concretos do povo que somos, mas são também os problemas do mundo de longe.

Porque todo o problema é hoje universal e planetário (...) há que aceitar partilhar o destino da Humanidade inteira.»

Neste discurso, transparece, para além da motivação pessoal assumida como colectiva, que subjaz à aceitação do cargo da chefia do governo, a determinação de lhe imprimir uma matriz própria de assumir o poder que lhe é conferido, a que servem palavras como concretude (a atenção *aos problemas reais e concretos do povo que somos*), atenção ao clamor e às aspirações dos governados, preferência pelos sem voz, solidariedade universal e planetária (*os problemas do mundo de longe*).

Dir-se-á que o texto escolhido para fundamentar estas considerações é de carácter muito circunstancial, o que é verdade, tanto mais que no espólio recolhido na plataforma se encontram muitos outros discursos e o pensamento de MLP não pode deduzir-se apenas das suas palavras proferidas em público em ocasiões específicas.

Recorro por isso a um outro discurso, este pronunciado em circunstância bem diferente, no lançamento do Movimento para uma Alternativa Democrática (MAD), realizado no Plenário do Porto, em Janeiro de 1984. Neste caso, a intenção de MLP era a de tornar explícita a finalidade desta sua nova iniciativa. Por isso, começa por afirmar que se trata de uma proposta de nova cultura política e diz:

«Recusamos firmemente a política que olha as coisas públicas com as ideias e a retórica do princípio do século.»

Nesta sua intervenção, MLP traça um panorama assaz cinzento acerca da situação que se vive no País, uma década depois da Revolução de Abril de 1974:

«Tempo de desencanto, tempo de escape face à urgência do presente, através da evocação saudosista do que “poderia ter sido” ou da boa intenção moralista do que “poderia vir a ser”.»

Em particular, MLP chama a atenção para a inoperância da gestão pública, para a política míope da inevitabilidade e da resignação cobarde, veiculada pelo argumento “não há alternativa” e apela à mobilização dos cidadãos e das cidadãs na busca de caminhos inovadores que apontem para uma economia ao serviço das necessidades das pessoas e suas comunidades, para o bem comum e para um processo de desenvolvimento democrático.

Há quem acuse a homenageada de pairar no mundo das utopias e não prestar a devida atenção às problemáticas concretas, o que é, manifestamente, um mero pré-juízo sem correspondência com os factos. Basta recorrer à orientação que imprimiu ao Relatório sobre a população e a qualidade de vida para desfazer tal ideia.

Com efeito, tanto nos trabalhos preparatórios como nos documentos finais estão presentes análises de situação e propostas que cobrem questões tão diversas e prementes como as seguintes: a marginalização e a pobreza de grande parte da população mundial e a necessidade de medidas radicais para as superar, a humanização do sistema produtivo, a redefinição das regras do trabalho humano, a alteração dos padrões de consumo na perspectiva da ecologia, a libertação das mulheres, o empoderamento das pessoas, a política activa do cuidado.

Das suas preocupações e linhas de rumo nos dá conta também o discurso que MLP pronunciou na Universidade das Nações Unidas, em Setembro 1991. Começa por lembrar que o objectivo desta Universidade é a investigação, a formação e a difusão do conhecimento relativamente a questões urgentes da sobrevivência da Humanidade e traça depois o quadro de perplexidades com que em seu entender já estávamos confrontados no final do milénio.

Com larga visão prospectiva, aponta como desafios maiores: a aurora de uma nova civilização, a perda de parâmetros de referência básicos, a complexidade e a acentuada dinâmica das mutações económicas, tecnológicas e culturais, a turbulência, a imprevisibilidade e a incerteza com que teremos de aprender a conviver. Escutem-se as suas próprias palavras:

«Pertencem ao passado o paradigma da evolução linear, do crescimento contínuo e do progresso ilimitado.

Precisamos de novas ferramentas de percepção da cultura, da política, dos mecanismos socioeconómicos.

Precisamos de novas categorias mentais e de uma renovada imaginação do futuro.»

Como se depreende destes discursos, aqui referidos a título exemplificativo, MLP sabia bem diferenciar as suas palavras em função dos ouvintes e destinatários das mesmas, modulando o conteúdo, as ênfases e a forma, mas a substância permanecia intacta com o seu timbre de mulher das cidades futuras. É o que reconhecem também outros autores e autoras que sobre ela escreveram os seus depoimentos publicados no livro com o título acima citado. Recordo três apreciações respigadas do livro *Mulher das Cidades Futuras*:

«As metas de MLP estão colocadas no infinito»

(Ana Maria Braga da Cruz)

«Os seus olhos sabiam ler o lento fluir do tempo»

(António Cardoso Ferreira)

«O tempo em que ela pensa e o sentido em que age é do futuro essencial e aberto, não o do passado contingente e fechado»

(António de Sousa Franco)

Para MLP, nas suas próprias palavras, agir era ao mesmo tempo *uma esperança e uma responsabilidade*.

5. O lugar de MLP no pensamento contemporâneo

Termino esta apresentação com uma referência ao papel de MLP no pensamento contemporâneo.

MLP dispunha de uma base teórica sólida que alimentava numa pluralidade de fontes disciplinares: a filosofia, a sociologia, a teologia, a história ou a ciência política. Sempre a par do pensamento mais recente, crítico e bem fundamentado, como que convivendo de perto com os diferentes autores. Conversar com ela era um fascínio de que resultava um imenso valor acrescentado para quem tinha o privilégio de o poder fazer.

Isabel Allegro Magalhães encontrou uma boa expressão para identificar o lugar de MLP no pensamento contemporâneo quando escreve que o pensamento de MLP é *um pensar-com*. Eu acrescentaria que era um pensamento construído a partir de uma posição de humildade, própria de quem sabe reconhecer valor no pensamento de outrem e com ele entra em diálogo de convergência, mais do que em dissonâncias e polémicas.

Por outro lado, o seu pensamento era construído a partir da realidade experienciada, devidamente reflectida com exigência crítica e partilhada com terceiros, pessoas concretas do vasto círculo das suas relações sociais, nacionais e mundiais, e de autores e autoras de obras relevantes, que lia noite dentro, assimilava com sentido crítico e generosamente partilhava com as pessoas mais próximas.

Num artigo publicado em obra recentemente editada (*Marginalidade e Alternativa*) destinada a dar visibilidade às mulheres filósofas e ao seu pensamento, Marília Rosado Carrilho escolhe MLP. Reconhece que não foi filósofa de profissão, mas que foi uma pensadora que merece destaque no pensamento filosófico do século XX e primeira década do século XXI:

«O seu pensamento ético-político, feito da experiência pensada e apoiado nos filósofos e filósofas que leu, demonstrou estar à altura do pensa-

mento filosófico. (...) De Martin Heidegger a Carol Gilligan, de Emmanuel Lévinas a Martin Buber, de Hanna Arendt a Thomas Khun, de Maurice Merleau-Ponty a Hans Jonas, entre outros, as suas leituras do pensamento filosófico contemporâneo deram-lhe as bases para edificar o seu próprio pensamento.»

Poderíamos tecer considerações análogas se quiséssemos referir-nos ao pensamento teológico ou à ciência política.

No que à filosofia concerne, Marília Carrilho destaca, ainda, algumas ideias-chave a propósito da concepção da vida humana da qual decorre a ideia do princípio de responsabilidade e do cuidado de uns humanos pelos outros humanos. Assim, cabe sublinhar como temas matriciais do seu pensamento os seguintes:

- A concepção da vida humana (ser uns-com-os-outros), alteridade e responsabilidade de cuidar de si e dos outros: *Somos uma camada de seres ligados uns aos outros, antes de qualquer outra consideração, anterior à solidariedade, princípio político da organização da sociedade e em que a principal responsabilidade cabe ao Estado.*
- O princípio da responsabilidade como fundamento da ética contemporânea: *A responsabilidade surge como a capacidade de resposta, consequência do laço ôntico que nos liga na noosfera a que todos pertencemos porque existimos.*
- Uma ética menos baseada na justiça mas mais baseada no cuidado dos seres humanos uns pelos outros.

6. Títulos e prémios

Esta apresentação não poderia terminar sem uma referência aos títulos e prémios que, em vida, lhe foram atribuídos, de entre os quais destaco:

- The 1986 Living Legacy Award, atribuído pelo Women's International Center (San Diego, na Califórnia).
- Doutoramento *honoris causa* pela Universidade Católica de Lovaina (1990).
- A Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo (1981), tornando-se na primeira mulher agraciada nessa Ordem com esse grau;
- A Grã-Cruz da Ordem do Infante (10-06-1994);
- A Medalha Machado de Assis pela Academia Brasileira de Letras (13-11-1997).

7. Palavras finais

Admito que os tenha fatigado com uma comunicação demasiadamente longa. Ainda assim, termino com a convicção de que ficou muito por dizer ou sequer enunciar.

Resta-me a consolação de que, felizmente, além da plataforma criada pela Fundação Cuidar O Futuro onde estão disponíveis os documentos escritos da autoria de MLP (www.arquivopintasilgo.pt), existe um vasto conjunto de obras suas com chancela editorial, também inventariadas naquela plataforma, que permitem conhecer melhor e com mais abrangência o pensamento e a acção de MLP.

A este propósito, gostaria de destacar dois livros, em virtude da sua natureza: *Mulher das Cidades Futuras*, que reúne depoimentos e reflexões de um vasto conjunto de personalidades, publicado como homenagem pelos seus 70 anos de vida (2000) e o livro *Palavras Dadas* (2005), editado a título póstumo, no qual se reuniram os textos que a homenageada decidiu preparar e dedicar a cada uma das pessoas que participaram no primeiro.

Termino com a palavra do *Petit Prince* que traduz bem o sentimento que me habita nesta hora e que a homenageada, certamente, gostaria de escutar: *l'essentiel est invisible aux yeux*.

A dimensão
do cuidar
e a re-significação
do espaço público
no pensar e agir
de Maria de
Lourdes Pintasilgo

ISABEL ALLEGRO DE MAGALHÃES

Esta conferência foi apresentada a 10 de Julho de 2009, no Ciclo de Conferências «A Dimensão do Cuidar na Re-significação do Espaço Público com Maria de Lourdes Pintasilgo em Fundo», no âmbito do projeto Mulheres, Ética e Espaço Público. A autora escreve segundo a antiga ortografia.

«[...] a liberdade não está num “depois”, mas está no próprio cerne da situação que vivemos.»

1. *Cuidar e espaço público* aparecem-me como dois pontos de energia a atravessar, cruzando-se, o pensamento e a intervenção pública de Maria de Lourdes Pintasilgo (MLP). Conceptualmente, surgem no seu discurso como dois *topoi* a estruturar ou duas noções-caudal a permear a sua visão política, ao mesmo tempo que se multiplicam e dividem por outras ideias e propostas. São matriciais no seu contributo para a redefinição de uma política que põe em causa as referências habituais.

Em si mesmas, não são palavras novas; pelo contrário, cada uma à sua maneira entra na história das ideias, de modos e com usos diversos; mas não é aqui o lugar para essa arqueologia (que, aliás, foi sendo feita durante este ciclo de conferências). O certo é que, em termos de visão política, MLP introduziu nelas uma força inovadora.

Nestes quatro dias de reflexão, organizados pela Fundação Cuidar o Futuro (FCF) e a Universidade de Évora, essas duas noções foram focadas a várias vezes, sob perspectivas diferentes e em diversificados contextos, isoladamente ou articuladas, sempre - como anunciado - «Com MLP em

fundo». Mesmo sem ter podido estar presente em muitas das sessões, não tenho dúvida de que o conjunto delas, bem como os debates, terá constituído uma excelente contribuição não só para melhor se conhecer em Portugal o pensamento e a intervenção de MLP como também para a partir daí se prosseguir e ampliar a reflexão. Uma reflexão que vá incorporando novos ingredientes, vindos de outras vozes e lugares, e leve a conceber (criativamente) possibilidades de intervir na sociedade – como MLP sempre fez.

Por esta iniciativa, ambas as instituições, e as pessoas que de dentro delas a trabalharam, estão claramente de parabéns.

Cabe-me apresentar, no fecho destes dias, alguns elementos a respeito das noções cuidar e espaço público, agora já não com MLP em fundo, mas no seu próprio pensamento e intervenção.

Faço-o, assumindo naturalmente um olhar parcelar, o meu. Mas – a partir de que lugar é que aqui falo? (Assumo esta introdutória clarificação da voz que fala, que o conhecido intelectual e jesuíta francês Michel de Certeau propunha e que MLP tanto valorizava.) De que lugar falo?

Em parte, falo do lugar de quem, durante cinco anos, no Terraço do Graal e ainda em vida de MLP, congregou um grupo – diverso, flutuante e coeso – com jovens e adultos, para estudo e discussão do livro (de que mais adiante falarei): *Cuidar o Futuro*. Um livro com assinatura colectiva, mas com a inconfundível visão e a marca de mão de MLP – onde o «cuidar» é apresentado como cerne da atitude política, conferindo maior exigência à função política do espaço público.

Falo também de um lugar de proximidade – a de quem durante mais de 40 anos conviveu com a pessoa, as ideias, projectos, zangas, sonhos, frustrações, asrealizações da Maria de Lourdes, em Portugal e em contextos internacionais.

E, neste momento, falo ainda de outro lugar: um lugar que, quase artificialmente, procurei abrir (quem sabe se o consegui), algo distanciado, não por frieza analítica, mas *outro*, capaz de tornar-se condição duma nova escuta (dos escritos e empenhamentos da MLP) – como se fosse uma primeira vez.

Reli agora, e também li pela primeira vez, vários textos seus sobre estas matérias. Além dos ensaios publicados, alguns dos textos disponíveis no Arquivo MLP *online*, simpaticamente seleccionados por uma das pessoas da Fundação, deentre tantos mais que lá figuram e outros que aguardam ainda digitalização.

Essa leitura levou-me a uma (quase) evidência: as duas noções que hoje aqui nos convocam, usadas por MLP entre os anos 90 e os 2000, correspondem a preocupações suas que vêm de longe, de muito longe, dos inícios da sua vida activa: anos 50. E é sobretudo isso que gostaria de aqui trazer, apontando alguns dos marcos que irrompem numa sequencialidade do pensamento. Dessa irrupção, aliás, dá conta a própria MLP, em 1985:

«o que penso cria o edifício que dá consistência ao meu pensamento, para, logo em seguida, esse edifício, essa estrutura criada me obrigar a uma nova reflexão, a uma nova maneira de encarar as coisas, a uma nova percepção do mundo. Nessa nova percepção surgirá a chispa [...] que por seu turno revelará o caduco do que acabara de criar e, desmantelando o existente, revelará algo radicalmente novo. E assim por diante.»¹

De facto, a experiência de quem a lê é a de testemunhar um pensamento em acto ou o pensamento no movimento mesmo de pensar-se. Nesse movimento, MLP acolhe elementos vindos de muitos lados – do pensamento científico, filosófico, político ou teológico, antigo e actual. (Só nos 23 textos *online* que li – muitos deles longos ensaios –, cruzei-me com cerca de 30 nomes das mais variadas áreas – nomes manuscritos na margem dos textos, a lápis ou a tinta.)

1 Maria de Lourdes Pintasilgo [MLP]. *Dimensões da Mudança*. Prefácio de Eduardo Prado Coelho. Porto: Afrontamento, 1985, p. 18.

Sem quaisquer mecanismos miméticos ou tendência «citativa», o seu trabalho é o de pensar com, entretecendo redes entre elementos diversos ou até contraditórios, que a pesquisa e o estudo lhe trouxeram ao encontro. Participante duma epistemologia científica, como engenheira, não transpõe conceitos directamente de um para outro contexto, antes transfere percepções e opera por teias de analogias, num modo por si tão apreciado como o de pensar «entre-saberes». Essa ligação com o pensamento de ponta seu contemporâneo, bem como a convivência com as raízes da sua cultura judeo-cristã, de par ainda com uma atenção permanente e crítica aos dados do mundo, levam-na a repensar tudo e a poder abrir insuspeitadas brechas. Esem dúvida, os convites para a Universidade das Nações Unidas em Tóquio, em que participou durante vários anos, ou para o Comité des Sages na Europa, são sinais da sua estatura intelectual internacional.

Entre esses saltos de grande alcance – quânticos, por vezes, porque alteraram paradigmas –, há simultaneamente nexos fortes a traçar fios de permanência. Como Eduardo Prado Coelho sugeria em 1985, no pensamento de MLP «o que está verdadeiramente em jogo é exactamente o mesmo»². A meu ver, essa continuidade advém não só de uma força de carácter como, sobretudo, do entendimento de uma fé intramundana e da radical proposta evangélica de um Horizonte (no sentido de destinação do humano) e de uma ética – o que modela uma forma singular de presença ao Mundo e à História, aos quais MLP permanecerá intensamente ligada. E descubro aqui com gosto um posicionamento que ligo ao pensamento de Espinoza (embora com ele não me cruzasse nestes textos), quando, na *Ética*, em particular no

2 Eduardo Prado Coelho. "Prefácio". MLP. *Dimensões da Mudança*. Prefácio. Porto: Afrontamento, 1985, p. I.

livro V, o filósofo – judeu-português seiscentista – estabelece uma intrincada conexão, talvez pela primeira vez (outros depois virão), entre ontologia e ética, concebendo a ética como decorrente de uma ontologia.

2. Se considerarmos por instantes os inícios, isto é, anos 50, encontramos com o futuro já em potência. Num texto dactilografado, de 1957 – «A responsabilidade cívica do estudante universitário» – dirigido aos católicos da JUC/JUCF, no dia da «Pax Romana», ouvimo-la convocá-los à responsabilidade cívica e social:

«Os estudantes são [...], na sociedade “instalada” que é a nossa, o posto avançado dos supremos direitos da pessoa humana. (17)

[...] cada pessoa é um elemento indispensável do conjunto, o elo duma cadeia que envolve a terra, penetra todos os sectores da vida humana e está presente em todas as concepções e estruturas sociais. (19)»

A citação, mesmo com cortes, é longa, mas importante, por ser indicativa do que já nessa década a mobilizava:

«Cabe aos universitários edificar o bem comum. [...] e o] contacto individual ou de grupos de estudantes com jovens de outros meios sociais, em particular, com operários é uma faceta importante dessa construção do bem comum. [...]

[o dever cívico] supõe uma visão clara dos factos da realidade social e não a “opinião”, sempre flutuante. [...]

É[-lhes] pedido [...] o gosto do novo e do risco, a loucura de fazer coisas para além do bom senso. [...] só com esses elementos se constrói a cidade nova.³

Quando sentirmos como nossos os problemas dos outros povos, quando lhes admirarmos e respeitarmos os valores culturais próprios, quando tivermos deixado para trás o apego às nossas coisas [...] só porque são nossas, quando tivermos presentes na nossa vida de todos os dias aqueles que lutam, sofrem e amam como nós, quando o bem comum dos outros povos nos puser perante a legitimidade de muitos dos nossos direitos [e], quando sentirmos tão forte a necessidade de contribuímos concreta e eficazmente para o bem de todos os homens como o sentimos em relação aos que nos rodeiam, então a nossa consciência cívica [ter-se-á] verdadeiramente alargado às dimensões do mundo.»⁴

O grande objectivo aqui apresentado é o «bem comum» – expressão que ecoa uma formulação cristã, acentuada ainda (mais adiante no texto) pela metáfora paulina do «corpo místico». Com isso MLP apela a uma consciência cívica que implique os cristãos como «um só corpo», numa igualdade. Apela à sua vigilância sobre os direitos fundamentais e ao respeito pela diversidade humana no mundo (e joga-se aqui o valor que o cristianismo veio atribuir à dignidade da pessoa humana). Define, pois, um imperativo social, já com o sentido da responsabilidade perante o mundo – com rigor e empenhamento e não com «opiniões» nem – dirá

3 MLP. "A responsabilidade cívica do estudante universitário". Lisboa, 1957. Arquivo MLP, 0012.012, p. 15.

4 MLP. "A responsabilidade cívica do estudante universitário". Lisboa, 1957. Arquivo MLP, 0012.012, p. 19.

mais tarde - «com o *zapping* como método de observação dos factos»⁵. Em 1985, ouvimos-lhe um quase aforismo imperativo: «*A grande empresa é mudar a vida*»⁶ - que supõe, tal como o disse em 1957: a «loucura de fazer coisas para além do bem senso».

No entanto, ainda não há aqui qualquer explícita intenção política: contexto católico, tempo da ditadura, MLP tinha 27 anos.

Outras etapas se seguirão e com elas novos contornos e razões. Lembro aqui apenas três dos marcos que sobressaem no seu percurso de pensamento.

Nos anos 60, o conceito de *noosfera*, proposto por Teilhard de Chardin, virá dar razão de ser antropológico-científica ao que antes para MLP tinha sobretudo a marca de uma visão teológica. Visto pelo cientista, e também jesuíta, Teilhard, o fenómeno humano é uma das muitas camadas de vida no Universo, a partir da qual cada pessoa fará, depois, o processo de uma individuação. Aqui fundará MLP o seu entendimento de uma solidariedade a nível ontológico, a ligar os seres humanos à volta da Terra. Solidários, porque cada pessoa será sempre um «*eu-com-outros-no-mundo*» - a formulação é de Merleau-Ponty e MLP apreciava-a.

À volta dos anos 70-80, o aprofundamento da noção de sujeito, trazida pelos físicos Niels Bohr, Heisenberg, pelo filósofo Paul Ricoeur, como a própria MLP o declara, veio dar ainda mais relevo à ideia da pessoa enquanto sujeito do desenvolvimento, da política, enfim, sujeito da sua própria História.

Nos anos 80-90, a visão que Hans Jonas e também Emmanuel Levinas, de pontos de vista naturalmente diversos, conferiram à noção de «responsabilidade» - dando-lhe o estatuto de dimensão primeira, ontologicamente fundante do sujeito e anterior à própria liberdade - virá adensar, na visão

5 MLP. "Femmes et hommes au pouvoir". Paris, 1999. Arquivo MLP, 0196.007.

6 MLP. *Dimensões da Mudança*. Pref. Porto: Afrontamento, 1985, p. 18.

política de MLP, o dever primeiro de solidariedade entre os humanos. Por isso, já nos anos 90, quando equaciona o cuidado como fulcro da política, nós podemos, olhando para trás, ver desenhada essa linha funda de continuidade nos grandes objectivos.

Quanto ao relevo desses objectivos, comentava Eduardo Prado Coelho:

«[...] não é apenas a Política, a Democracia ou a Modernidade que estão em jogo neste jogo, mas o porquê do jogo, que passa pela [...] sobrevivência da espécie humana. O que não é pouco.»⁷

Dos anos 50 a 74, MLP estará em Portugal, no quadro do Graal, em equipas interdisciplinares ou não, com outras pessoas do Graal, e não só, empenhada em criar contextos de conscientização política, com universitários, rurais e suburbanos (pedagogia de Paulo Freire para a alfabetização-politização). E no contexto do Graal também treina jovens profissionais em «análise crítica da sociedade», lidera debates (quase à porta fechada) sobre alternativas para o país, cenários para o desenvolvimento, reflecte com grupos de mulheres a imagem do feminino nos *media*, e muito mais. O objectivo era já o de criar consciência crítica nas populações, ou seja: a ideia de cidadania já aqui em potência.

MLP está já em vários fóruns internacionais, alguns por ter aceitado, em 69, funções dentro do regime – Câmara Corporativa e representação do país na ONU – votando vencida na primeira e apresentando em Nova Iorque uma visão totalmente descoincidente com a oficial –, pelo que lhe foi retirada confiança política e função.

7 Eduardo Prado Coelho. "Prefácio". MLP. *Dimensões da Mudança*. Pref. Porto: Afrontamento, 1985, p. III.

Acreditava então na possibilidade de uma mudança por dentro, de mentalidades e estruturas, para atingir uma (muito improvável) transição de regime – que só chegou naquele Abril, de 1974, (quase) como revolução.

Todos esses empenhamentos e o pensamento que foi elaborando abriram caminho para uma radical visão política que, nos anos 90, haveria de materializar-se no cuidado como matriz da política e numa concepção forte de espaço público com dimensão política.

4. Toda a intervenção política de MLP, mesmo sem usar da designação, incide na *res publica* e precisamente no «espaço público».

Como se sabe, *espaço público* foi tendo diferentes conteúdos e funções, de acordo com as sociedades que o pensaram: da *ágora* grega, à esfera pública moderna de Habermas, ao espaço das aparências debatido por Hannah Arendt, a tantos outros – passando do simples lugar físico, à dimensão política e económica, à simbólica, e por aí fora, em todos os casos, porém, sempre aquém duma cidadania efectiva.

Nos anos 60-70, a intenção de MLP era, como vimos antes, a de conscientizar e politizar, para que no país se fosse criando *massa crítica* (no sentido de Karl Marx), capaz de mudar o estado das coisas.

Depois de 1974, MLP conceberá uma democracia participativa em expansão, através duma cidadania substantiva de todos, com o propósito de «revitalizar o tecido social» e de «criar uma sociedade multipolar».

O exercício da cidadania é para si inerente à política: «a política é de todos e de todos os dias», diz, e o espaço público é lugar de convergência de múltiplas perspectivas, onde por excelência «o ser humano emerge como sujeito, como povo e não multidão anónima, envolvendo-se na construção

da cidade e [cita agora Paulo Freire] *acrescentando o mundo que não fez*⁸. Daí que a cidadania lhe apareça simultaneamente como um direito, inalienável, de cada pessoa, mas também como um dever, pela responsabilidade de cada um, enquanto sujeito perante o mundo. Aliás, ecoando o oitocentista Cardeal Newman e também Simone Weil, MLP será apologista duma futura «Carta de Direitos» que, lado a lado, inscreva direitos e responsabilidades dos cidadãos, como teve oportunidade de defender internacionalmente.

Para MLP, o espaço público é um espaço da política, porque nele se exercem as vozes cidadãs, participantes de direito na decisão política e com função de permanente avaliação do poder – o contrário da sociedade anónima, massificada, à margem da política ou de uma «opinião pública» sem dimensão e eficácia política.

A comum assimetria Estado/cidadãos merecerá a sua denúncia (1983, ONU, Paris), por aí se revelar «o impoder do poder e o poder dos não-poderosos»⁹. E ao carácter «críptico, autoritário, excluyente» do poder vem contrapor «uma racionalidade operacional e o cuidado pelo outro»¹⁰. A secundarização das mulheres, dos grupos marginais ao tecido social, dos múltiplos actores sociais são situações por si criticadas como manifestações de um défice democrático que importa eliminar. Isso a fará insistir na importância da cidadania como o pilar mais forte da democracia, dizendo em 1975 em Paris, Ministra então dos Assuntos Sociais:

«Vejo cada vez menos o poder concentrado no topo da pirâmide política. Vejo-o onde as relações se estabelecem, onde se criam novos

8 MLP. «Ética, cidadania e política». Lisboa, 2002. Arquivo MLP, 0209.026, p. 7.

9 MLP. «Les femmes et la responsabilité dans le monde politique». ONU (?), 1983. Arquivo MLP, 0210.025, p. 1.

10 MLP. «Femmes et hommes au pouvoir». Paris 1999. Arquivo MLP, 0196.007.

modelos de existir em sociedade, onde se rompe o individualismo que nos aprisiona num beco sem saída. Vejo o poder onde a imaginação para inventar o desejável se liberta, onde se ultrapassa a competição desenfreada, onde no real se faz o possível.»¹¹

Justamente em ordem a contribuir para um espaço público politicamente mais eficaz em Portugal, lançou nos anos 80 um movimento de cidadãos: Movimento para o Aprofundamento da Democracia (o MAD).

No mesmo sentido advogará que ONGs e movimentos sociais (de par com sindicatos e associações patronais) sejam assumidos pelo Estado como «parceiros sociais» de pleno direito, convocados – conforme as matérias sobre a mesa – a tomar parte nas decisões públicas, vendo neles a expressão de um poder real no espaço público.

Em 1993, em Paris, descreve o «vazio da democracia representativa» por ela ter «a classe política inscrita no corpo social na posição inversa ao que devia ser»¹².

Nos anos 90, em Lovaina, acusará a Comissão Europeia de «falta de acesso à igualdade entre cidadãos e classe política, para a construção europeia»¹³, tal como em Lisboa voltará do avesso a linha neoliberal dominante, com a proposta de «um novo modelo de globalização [que se estruture] a partir da base»¹⁴, apontando a uma cidadania não apenas local, mas global.

11 MLP. “Journées internationales à Paris”. Paris 1975. Arquivo MLP, 0013.038, p. 2.

12 MLP. “Emergence du féminin et démocratisation du politique”. Paris (?). Arquivo MLP, 0210.02, p. 9.

13 MLP. “Égalité – Identité”. Lovaina, 1992. Arquivo MLP, 1226.915, p. 1.

14 MLP. “As ONGs num contexto de globalização”, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 1998. Arquivo MLP, 0191.002.

No entanto, sabe bem que para haver cidadania é preciso que os cidadãos tenham os seus direitos garantidos.

5. Daí que, desde os anos 50, como vimos, tenha insistido nos direitos fundamentais, em vários fóruns: fala duma *cidadania de 1.º nível*, com os direitos cívicos e políticos (notando que nem nos países da UE as minorias os têm garantidos) e duma *cidadania de 2.º nível*¹⁵, com os direitos sociais, económicos, culturais, co-extensivos aos primeiros¹⁶, dizendo que nem o Tratado de Maastricht, nem a sua correcção de Amesterdão os integram plenamente; hoje, acrescentaríamos ao rol o Tratado de Lisboa.

Em instâncias europeias e internacionais e em Portugal, na Comissão de Ética, aos chamados «novos direitos» (à saúde, ao repouso, ao lazer, etc.¹⁷) acrescentará, entre os anos 90 e 2000, outros ainda – novíssimos e pouco consensuais:

- o direito a um ambiente são, que a equação produção/consumo destrói;
- à permanência do genoma humano, isto é, da espécie tal como a conhecemos. Etc.

Ora, a igualdade de todos perante leis e oportunidades é para MLP expressão fundamental do reconhecimento da pluralidade humana a todos os níveis. Não se trata já dos direitos do homem, masculino, branco, etc., mas dos direitos «[d]as pessoas concretas que habitam o planeta»¹⁸. Por isso insistiu,

15 MLP. *Dimensões da Mudança*, p. 33.

16 MLP. *Dimensões da Mudança*, p. 34.

17 MLP. “Ética, cidadania e política”. Lisboa, 2002. Arquivo MLP, 0209.026, pp. 8-9.

18 MLP. “Cuidar o Futuro, direitos e deveres”. 2004. Arquivo MLP, 0210.002.

dos anos 70 até ao fim, no respeito por uma diferenciação na igualdade¹⁹: «a democracia [tem] de dar conta da composição diversificada da sociedade» (dirá em Paris em 1995²⁰).

Não por acaso, a figura da Antígona de Sófocles será para MLP exemplar e quase tutelar, pela sua defesa de leis «não-escritas», o que implica erguer a voz em nome do que não tem voz e dos sem-voz. E foi sempre desse lado que MLP quis estar.

6. Para que haja esse espaço público dinâmico²¹, MLP dá particular ênfase aos direitos das mulheres, denunciando a sua gritante desigualdade como uma das graves violações dos direitos humanos. Incita à igualdade de homens/mulheres perante leis e oportunidades (e mais tarde à paridade²²). A sinalizar o seu empenhamento está, por exemplo, a presidência que assumiu em 1973 da primeira Comissão oficial portuguesa para a Política Social Relativa à Mulher.

Convicta de que não há *espaço público* democrático sem a participação das mulheres em todas as instâncias e decisões da vida pública, aponta internacionalmente – na UNESCO, ONU²³, ECOSOC-Nova Iorque, em Copenhaga, Paris, etc. – dos anos 70 a 2000, o escandaloso défice da sua participação a todos os níveis, revelador de democracias «de baixa intensidade» – a expres-

19 Ouvimo-la falar de igualdade e de diferenciação pelo menos desde os anos 70: ECOSOC-Nova Iorque, ONU, 1972. Cf. Arquivo MLP, 0026.016, p. 16.

20 MLP. “La démocratie paritaire: une nouvelle intelligence dans les rapports sociaux?”, Paris 1995. Arquivo MLP, 0211.019, p. 5.

21 MLP. “Ética, cidadania e política”. Lisboa, 2002. Arquivo MLP, 0209.026, pp. 11-17.

22 MLP. “La démocratie paritaire: une nouvelle intelligence dans les rapports sociaux?”. Lisboa/Paris. In Arquivo MLP, 0211.019.

23 MLP. “Les femmes et la responsabilité dans le monde politique”. UNESCO (?), 1983. Arquivo MLP, 0210.025, p. 8.

são é de Boaventura Sousa Santos. Por exemplo, em 1978 – era embaixadora na UNESCO –, em reunião da Organização para análise do «Relatório» sobre «medidas para melhorar as [...] condições [das mulheres]», critica a própria UNESCO, por não se abrir à participação das mulheres, apontando um método de investigação participativo, porque «ninguém pode falar em nome das mulheres». Não só pela sua força numérica, mas pela diferença qualitativa que a sua presença pode significar.²⁴

MLP percebe uma afinidade entre os movimentos de mulheres e outros movimentos sociais (operário, de libertação, de estudantes²⁵), por neles reconhecer um potencial de mudança²⁶ e di-lo, por exemplo, em 1976 em Paris:

«as mulheres, como todos os oprimidos, ligarão a sua opressão à de todos os outros, para mudarem a sociedade».²⁷

Acredita que a experiência de uma marginalidade específica²⁸ constitui nas mulheres um património milenar, potencialmente subversivo e inovador, a «enriquecer o imaginário colectivo»²⁹. Daí que entenda a participação cívico-política das mulheres como possibilidade de alterar a marca patriarcal

24 MLP. "Contribution de l'UNESCO a l'amélioration de la condition des femmes". Paris, 1978. In Arquivo MLP, 9229.038, pp. 4-6.

25 MLP. ECOSOC-Nova Iorque, ONU, 1972. Arquivo MLP, 0026.016, p. 2.

26 MLP. ECOSOC-Nova Iorque, ONU, 1972. Arquivo MLP, 0026.016, p. 3.

27 MLP. "Partisans ou suivantes - ou les femmes dans le processus révolutionnaire portugais". Paris, 1976. Arquivo MLP, 0044.006, p. 14; "Les femmes et la responsabilité dans le monde politique". UNESCO [?], 1983, Arquivo MLP, 0210.025, p. 7: "os grupos marginais dissidentes deixam a subjectividade falar".

28 Mereceu adesão de MLP a conhecida designação de Edgar Morin em relação às mulheres: uma *classe bio-social*.

29 MLP. "Égalité - Identité". Lovaina, 1992. Arquivo MLP, 1226.915, p. 2.

da cultura política dominante, dirá nos anos 80 em Paris. Mas teme que a igualdade tome o masculino como norma e, «ao visar a termo a uniformização total da espécie humana, põe em causa a sua diversidade»³⁰. Por isso, e para todos os conjuntos sociais, exige - repito - uma igualdade na diferenciação³¹.

Enquanto transversais a todas as outras, as questões das mulheres são consideradas por MLP essenciais para a mudança da política. Ocuparam-na ao longo da vida, intelectual e politicamente, e sobre elas escreveu muitos ensaios e proferiu conferências, em Portugal e noutros países.

7. Ao pensar o desenvolvimento, MLP articulava-o também com a democracia, dizendo que na Europa em particular eles são «dois termos duma mesma equação» ou «dois eixos da mesma realidade»³². Por um lado, porque o desenvolvimento vai fazendo surgir a necessidade de garantir novos direitos; por outro, infere-se do seu discurso, porque nos países mais industrializados, a sociedade civil se foi tornando cada vez alienada das decisões políticas, reduzida a um silêncio sem perguntas ou a uma indignação sem voz, permitindo que o desenvolvimento crescesse em direcções sobre as quais os cidadãos não eram ouvidos nem achados. E assim o desenvolvimento foi acontecendo sem que as necessidades e vulnerabilidades das pessoas concretas estivessem no centro das preocupações.

Várias vezes MLP chamará a atenção internacional para a ausência de um «trabalho de pensamento sobre o que significa desenvolvimento para a

30 MLP. "Pluralité (diversité) et égalité", 1992 (?). Arquivo MLP: 0210.020.

31 MLP afirma uma diferença palpável em modos de intersubjectividade, em relação à natureza, ao saber, às emoções; nos processos cognitivos e modos de apreensão do real, na palavra, resultantes de processos de individuação próprios. Cf. O seu texto: "Pluralité [...]", pp. 15-17.

32 MLP. *Dimensões da Mudança*, pp. 36-37.

Europa»³³, por o conceito, para os europeus, dizer respeito aos outros povos: aos países sub-desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Desde os anos 70 que MLP vinha criticando o modelo corrente de desenvolvimento: mostrará nos anos 80-90 como a «nova ordem mundial» nada resolveu, ao apenas «alargar o [...] modelo dos países industrializados a todas as sociedades», reproduzindo assim em todo o mundo as mesmas formas esgotadas de viver e de trabalhar; mais tarde desmontará também as falhas existentes no próprio desenvolvimento designado como «sustentável», por ele não sustentar (ainda?) nem a vida da maioria das pessoas nem a própria Terra.

Nos anos 90 apontará então uma situação já extrema, que é a de um economicismo desenfreado, sem parâmetros sociais, selvagem, imoral até, por poucos beneficiarem dele, que deixa a maioria na «crueldade da sobrevivência» - expressão do General Obasanjo, da Nigéria - e exaustos os recursos comuns da Terra. Mas tantas foram as suas iniciativas a este respeito que não é possível aqui sequer enumerá-las.

No início dos anos 90, MLP foi convidada a presidir a uma Comissão Independente para as Questões da População, paralela a essa outra que a ONU organiza em 1994, no Cairo, sobre População e Desenvolvimento. E aí MLP terá ocasião privilegiada (com a Comissão que para esse trabalho formou) para conceber e apresentar ao mundo uma orientação política inaugural e radical.

Constituída por pessoas com quem MLP partilhava visão e critérios, esta Comissão apercebeu-se imediatamente de que a questão da população só poderia pensar-se quando articulada com outras esferas da realidade. E após

33 MLP. *Dimensões da Mudança*, p. 36.

três anos de trabalho, a sua visão inicial será confirmada (em uníssono com outras vozes críticas em todo o mundo): a humanidade está em risco, podendo a Terra não suportar mais a carga das nossas actividades e desperdícios.

Perante essa realidade, a Comissão declara que as perspectivas de um crescimento económico ilimitado acabaram; que a humanidade se encontra diante de um espaço a fechar-se.

Tal como MLP o enunciara já, a Comissão afirma agora que é imperiosa uma viragem que coloque as pessoas concretas e a natureza no centro da concepção de desenvolvimento e de todas as políticas. Propõe a promoção da qualidade de vida para todos, em todas as sociedades como prioridade política absoluta. E ao falar de “qualidade de vida” para todos, implica sobretudo os que, em todo o mundo, vivem abaixo do nível do limiar da pobreza. Mais: não diz respeito apenas ao presente do mundo, mas ao seu futuro. O mundo é aqui pensado (como em Hannah Arendt) enquanto lugar de todos – os de ontem, hoje e amanhã; como algo que partilhamos mas que nos transcende e pelo qual somos responsáveis.

«Qualidade de vida» surge aqui como um novo conceito a substituir o de desenvolvimento, a exigir «um conjunto articulado de direitos e deveres [bem como] um objectivo claro para os decisores políticos e os elementos dinâmicos da sociedade civil»³⁴. Trata-se, pois, duma nova atitude política, para governos e cidadãos, e que supõe – dirá MLP – a «capacidade do cuidado pelo outro, que a humanidade pode desenvolver».

34 Comissão Independente para a População e a Qualidade de Vida. “Prefácio” MLP. *Cuidar o Futuro. Um Programa Radical para Viver Melhor*. Trad. A várias mãos e revisto por MLP. Lisboa: Inova, 1998, p. X.

Aqui, na linha de Carol Gilligan e outras feministas³⁵, MLP desterritorializa a palavra *cuidado* da sua habitual referência à esfera do privado e das mulheres. E assentá-la-á na noção de *Sorge* (cuidado) de Heidegger – que lhe dá o estatuto de componente determinante do sujeito e sua consciência do estar-no-mundo, o *Dasein* (traduzido para português, pela filosofia, como “Ser-aí”).

MLP tornará a conjugação do verbo cuidar – sempre no presente do indicativo (e nunca no condicional) – a primordial exigência da acção política. Mais: fará da acção de cuidar a responsabilidade central de toda a política: governação articulada com a cidadania no espaço público. O objectivo é o de instaurar uma nova ética, que designa agora como *ética do cuidado*.

Mas o que implica então uma política guiada pelo *cuidar*? MLP define-o em sucessivas intervenções, durante os anos de trabalho da Comissão e nos que se lhe seguiram. Cito parceladamente.

Cuidar é uma das componentes do ser e supõe prestar atenção numa intensidade do ver – e Alberto Caeiro, Sophia de Mello Breyner, Simone Weil, são neste contexto por si convocados. É que não há cuidado sem atenção. A capacidade de cuidar, pervertida pelo individualismo e neoliberalismo, gira sobre a noção de responsabilidade pela vida do outro, de todos os outros, mais do que sobre direitos e regras; e exprime-se por atitudes, não por princípios. E para isso o pensamento de Heidegger, de Hans Jonas, Paul Ricoeur, Emmanuel Levinas, Hannah Arendt, entre outros, ser-lhe-á, de maneiras diversas, inspirador.

35 Cf. Mary Jeanne Larrabee (ed.). *An Ethic of Care. Feminist and Interdisciplinary Perspectives*. Nova Iorque/Londres: Routledge, 1993.

Invalida os verbos políticos habituais: «organizar, planejar, gerir, prever»³⁶, substituindo-os por novas formas de equacionar os problemas e de formular as políticas públicas a longo prazo, imaginando e construindo cenários possíveis em vez de fazer decorrer o futuro linearmente do presente.

Será a capacidade de cuidar na humanidade que pode permitir um novo equilíbrio ser humano/natureza, a integridade da natureza, a redefinição do equilíbrio industrial, que faz rever a actual equação produção/consumo.

E fará notar que só a solicitude e o cuidado, que excedem a justiça, possibilitam a vontade de criar condições viáveis para a qualidade de vida de todos.

Nesta linha, convocará em 1992, em Lovaina, à «construção política de uma Europa da generosidade, capaz de abraçar os acontecimentos contemporâneos, enquanto parceira sólida dos povos de outros continentes»³⁷. Em 2000, em Lisboa, ouvi-la-emos afirmar:

«Enquanto o mundo e cada estado deixarem uma parte dos cidadãos na impossibilidade de um mínimo de qualidade de vida, está em causa a ética da acção política. A dignidade humana do todo social não comporta hiatos, o que o economista Amartya Sen, prémio Nobel, afirma com clareza.

Afirmá-lo não é apenas um problema de orientação social, fruto da compaixão. É [...] fruto da ciência que aí está em causa – a economia – e da própria compreensão das ciências e da vida em sociedade. O que é necessário tem de ser viável.»³⁸

36 Arquivo MLP, 0210.002, 2004 e Arquivo MLP, 0210.001.

37 MLP. “Égalité – Identité”. Lovaina, 1992. Arquivo MLP, 1226.915, p. 11.

38 MLP. “Ética, cidadania e política”. Lisboa, 2002. Arquivo MLP, 0209.026, p. 17.

O Relatório *Cuidar o Futuro* expõe múltiplas linhas programáticas para essa nova política. Apenas alguns pontos, que implicam a total revisão das políticas correntes:

- substituir a quantidade por qualidade, de bens e de serviços: fazer mais com menos, sob pena de o planeta não ter condições de sobrevivência para as gerações futuras³⁹;
- abrir à participação dos cidadãos as decisões e o controlo do seu cumprimento;
- introduzir a variável ambiente, que põe em causa o fundamento de todas as iniciativas;
- reconhecer que ciência e tecnologia não são neutras: nem tudo o que é viável é socialmente aceitável⁴⁰;
- instaurar mecanismos políticos de regulação do poder económico e financeiro (1999, Paris⁴¹);
- utilizar os instrumentos conceptuais do nosso tempo⁴². Etc.

39 MLP. "Ética, cidadania e política". Lisboa, 2002. Arquivo MLP, 0209.026, p. 19. Falará ainda, em 1999, em Paris (Arquivo MLP, 0196.007), da necessidade de se pôr em prática os instrumentos jurídicos internacionais; de praticar a igualdade entre povos e pessoas, com uma partilha entre nações; de promover a universalidade e não a uniformidade; de redefinir o trabalho em termos de uma sociedade activa, etc.

40 MLP. "Ética, cidadania e política". Lisboa, 2002. Arquivo MLP, 0209.026, p. 4.

41 MLP. "Femmes et hommes au pouvoir. Rapport." Paris, Centre International de Conférences, 1999. Arquivo MLP, 0196.007.

42 MLP. "Ética, cidadania e política". Lisboa, 2002. Arquivo MLP, 0209.026, p. 11.

Aqui, olhando de novo para os inícios, vemos incorporada uma visão e uma energia que vêm de trás e se intensificam agora aqui: nesse investimento no cuidar de um espaço público forte, capaz de se fazer ouvir e de tornar-se ele próprio espaço de cuidado das pessoas, do mundo, da natureza, ou seja: o cuidar como matriz política.

8. Termino com um breve zoom ao trabalho da Comissão anterior ao próprio relatório que, significativamente, foi intitulado *Cuidar o Futuro: um Programa Radical para Viver Melhor*⁴³. (Aliás, a própria Comissão acrescentou ao seu nome inicial a indicação da sua proposta fundamental, passando a chamar-se: “Comissão Independente para a População e a Qualidade de Vida”.)

E a razão para este zoom é a própria constituição da Comissão e os seus modos de operar constituírem, a meu ler, um ponto de aplicação privilegiado daquilo a que se propõe. Trata-se de um exercício prático à roda de um problema, o da população mundial, no qual todas as esferas do humano se tocam (objectivas e subjectivas, a nível social, económico, cultural, político, etc).

O estado do mundo recebe aqui uma análise sistémica, articulada ENTRE-SABERES, à procura de «PONTOS DE INTERSECÇÃO»⁴⁴ e de soluções não isoladas mas INTERSECTORIAIS. Estes modos (que destaquei) de designar perspectivas ou modos de análise são por si indicativos de diferentes elementos científicos dos quais MLP se diz devedora e que remete para cientistas como Prigogyne, Francisco Varela, Kenneth Boulding, Henri Atlan, entre outros. Através deles se vai aprofundando a sua leitura do mundo e os modos de

43 Aliás, a designação inicial da Comissão alterou-se no final, acrescentando às questões da população a «qualidade de vida».

44 Comissão Independente para a População e a Qualidade de Vida. “Prefácio” de MLP. *Cuidar o Futuro. Um Programa Radical para Viver Melhor*. Trad. A várias mãos e revisto por MLP. Lisboa: Inova, 1998, p. XIII.

pensá-lo. Essas designações, a meu ver, evocam também o modo como MLP concebeu o seu programa do Ministério dos Assuntos Sociais em 1976, o seu gabinete ministerial em 1979, a forma da governação: interdepartamental, trans-sectorial, sistémico, etc.

Também a forma de constituir a Comissão pôs em prática princípios conceptuais que MLP defendia: número igual de homens e mulheres (aliás, uma mulher mais), número equilibrado de países do norte e do sul em todos os continentes, e competências diferenciadas mas equivalentes.

Além disso, a força condutora da pesquisa foi a atenção prestada às realidades locais e a escuta de «vozes das pessoas» nas diferentes regiões do globo, através de uma metodologia que MLP introduziu (e trouxe depois para Portugal): as audições públicas. E também aqui vejo uma afinidade entre elas e o método usado por MLP no V Governo com as presidências abertas – em nada semelhantes às que depois se fizeram.

Múltiplas e diversas também foram essas pessoas ouvidas nas sete audições públicas: umas, sem qualquer literacia, outras, membros da comunidade científica, directores de serviços públicos, ONGs e outras organizações da sociedade civil, homens e mulheres anónimos, jovens e adultos, vivendo os problemas em análise⁴⁵. Estes e outros traços que configuraram a Comissão e a sua tarefa surgem como exemplares pela sua coerência com a visão que lhe subjaz.

Em línguas como o português, o título *Cuidar o Futuro* inscreve uma particularidade significativa, pela sua construção agramatical: *Cuidar o Futuro* – e não *Cuidar do Futuro* – dá visibilidade à relação transitiva entre atitude e objecto do cuidado, sem que uma preposição os separe. *Cuidar o Futuro* aponta ainda não a um presente descuidado, fechado sobre si mesmo, como um *em-si* ou *para-si* (o que o tornaria figura pobre da temporalidade humana),

45 MLP. "Prefácio". *Cuidar o Futuro. Um Programa Radical para Viver*, p. XI.

mas a um presente investido de futuro, a abrir condições de possibilidade à vida dos que depois de nós virão⁴⁶.

Com razão chamaram a MLP, no título do livro que nos seus 70 anos um grupo de cidadãos e cidadãs lhe ofereceu, «*Mulher das Cidades Futuras*». Também o seu pensamento foi considerado «utópico» e com razão: o lugar que concebeu, pelo qual gastou a vida, não existe ou não existe ainda.

Em MLP, o investimento do presente pelo futuro vinha habitado pela intensidade de «um outro futuro» (no sentido escatológico cristão), a inquietar e desassossegar o presente histórico, a incitar – no aqui e agora – à edificação de um mundo mais habitável para todos, quer se veja ou não. E é justamente isso que a levará a duas afirmações complementares: a de *desviver*, no sentido do castelhano, «viver intensamente», o presente e a de manter sempre no olhar o futuro:

- Do texto intitulado, em 1985, “O futuro está no presente”:

«[...] a liberdade não está num “depois”, mas está no próprio cerne da situação que vivemos.»⁴⁷

46 *Cuidar o Futuro: um Programa Radical para Viver Melhor*, de 1996, foi publicado em várias línguas e enviado aos governos de todos os países do mundo como um conjunto de recomendações para outra política, em que governos e cidadãos tomem o mundo e a vida das pessoas a seu cuidado, alargando assim, no espaço e no tempo, o espaço público, adensando a sua significação.

47 MLP. “O futuro está no presente”. In *Dimensões da Mudança*. Prefácio de Eduardo Prado Coelho. Porto: Afrontamento, 1985, p. 8.

- E da sua última entrevista, em 2004:

«[...] tenho a noção de que aquilo de que faço parte é uma coisa que há-de vir, e esse “há-de vir” é para mim suficiente.»⁴⁸

48 Entrevista a Anabela Mota Ribeiro, publicada postumamente. Suplemento do *Diário de Notícias*. 16-10-04.

CADERNOS TEMÁTICOS 1 E 2

Maria de Lourdes Pintasilgo esteve muitos anos à frente do seu tempo. Guiada por uma ideia de utopia positiva, ou seja, por uma ideia de que o possível deve ser o motor da ação humana que nunca se deve pautar apenas por responder ao imediato existente, MLP procurou sempre interpretar as questões problemáticas em termos de criar novos horizontes de compreensão da vida e do viver humano. Nesse sentido, muitas das análises que fez e das soluções que propôs ainda hoje têm atualidade e pertinência. Particularmente inovador é o modo como procurou ressignificar o conceito de *cuidado* que resgatou ao espaço tradicional da vida privada, pensando em conjunto *cuidado* e *justiça*, para o transformar num ingrediente essencial na configuração de um novo paradigma para a política, no quadro da ideia de *democratização do político*. A coleção *Maria de Lourdes Pintasilgo e os Desafios da Sociedade Contemporânea* pretende, exatamente, divulgar alguns textos onde os contributos originais do pensamento de MLP sejam mais paradigmáticos e evidenciem a sua capacidade de responder também às questões do mundo em que vivemos.



ISBN 978-972-99870-8-3

Com apoio de:



Promovido por:

